

MARÉS

Revista da Mútua dos Pescadores para o Mar e Economia Social



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - EDIÇÃO QUADRIMESTRAL - #73 - DEZEMBRO 2015

- Segurança Marítima
- IX Encontro do Grupo Mútua
- Entrevista ao Provedor



PONTO SEGURO

mediação de seguros, lda

SEGUROS DESDE
1982



SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

Autarquias • Instituições Públicas e Privadas • Empresas
• Particulares • Parcerias com Economia Social



PRODUTOS

- Automóvel
- Acidentes de Trabalho
- Acidentes Pessoais
- Multiriscos
- Viagem
- Transporte de Mercadorias
- Marítimo Recreio/Turística
- Saúde
- Vida
- Responsabilidade Civil

PARCEIROS



www.pontoseguro.pt

SEDE
Av. Santos Dumont, 57 - 2º Esq.
1050-202 Lisboa • Tel.: 213 301 520
pontoseguro.lx@pontoseguro.pt





> editorial: Jerónimo Teixeira

1. O que muda na política do Mar e das Pescas?

As eleições para a Assembleia da República (AR) em 4 de outubro conduziram a alterações significativas na composição da mesma, ainda que tenha havido muitos comentadores e responsáveis políticos a evitar ler a nova realidade e tenham optado por falar sobretudo das suas interpretações (!!!) sobre o que querem os eleitores com o seu voto.

A realidade mostra que da legislatura anterior para a atual o PPD/PSD passou de 108 para 89 deputados, o PS de 74 para 86, o BE de 8 para 19, o CDS/PP de 24 para 18, o PCP de 14 para 15, o PEV manteve 2 deputados nas duas legislaturas e o PAN elegeu 1 deputado pela primeira vez nesta legislatura. É a partir desta realidade, e do mandato que cada um dos deputados recebeu ao ser eleito, que se forma a vontade política que suporta ou não um governo em que "O Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente da República, ouvidos os partidos representados na Assembleia da República e tendo em conta os resultados eleitorais", mas cujo programa tem que passar sem ser rejeitado na AR. Esta foi a aprendizagem que a democracia portuguesa fez ao fim de 40 anos, mas em absoluta conformidade com a Constituição da República Portuguesa (CRP).

O novo governo mostra pela sua orgânica que o Mar e as Pescas voltaram a ter uma maior atenção, mas serão as políticas aprovadas e sobretudo a sua implementação que ditarão as reais mudanças que esperamos se verifiquem.

Quanto à orgânica do governo a existência de um Ministério do Mar demonstra a vontade de um tratamento das diversas problemáticas deste universo sem subordinação de agenda e de prioridades a outras áreas e esperamos que a ação da Sra. Ministra, Eng^a. Ana Paula Vitorino, comprove esta mudança. Valorizamos igualmente a existência da Secretaria de Estado das Pescas, que só por si demonstra o reconhecimento da importante realidade que continua a ser a Pesca em Portugal e da necessidade de uma gestão especializada e capaz de defender no âmbito da Política Comum de Pescas da União Europeia os interesses próprios do nosso País, sem que abduquemos da necessidade de retomar a soberania sobre a gestão dos nossos recursos pesqueiros. A nomeação do Dr. José Apolinário para este cargo é certamente bem recebida pela larga maioria dos atores deste Setor, pela sua ação no passado.

Sem entrar numa análise detalhada do Programa de Governo, saudamos a disposição de rever o quadro normativo aplicável ao ordenamento do mar, e retomaremos oportunamente as considerações que fizemos aquando da audição na Comissão especializada da AR, atualizando o que necessário for.

A afirmação primeira da "gestão sustentável dos recursos pesqueiros da Zona Económica Exclusiva (ZEE), tendo em conta as componentes económica, social e ambiental", parece-nos importante e deve ser materializada pela assunção de medidas que garantam em simultaneidade o respeito pelas três vertentes identificadas.

Igualmente "a melhoria das condições de segurança e de operacionalidade das infraestruturas portuárias de pesca" merece um destaque nesta breve referência.

Como sempre a Mútua estará, do ponto de vista institucional, disponível para com os grupos parlamentares, as comissões e grupos de trabalho da AR, com os responsáveis governamentais e diversos órgãos da Administração Pública, a proceder à análise das políticas e das medidas com impacto nos setores em que desenvolve a sua atividade.

2. A Mútua em 2016

A Direção aprovou já a proposta de Plano de Atividades e Orçamento que vai submeter à Assembleia Geral e tentaremos selecionar alguns dos seus objetivos.

Da recente publicação do novo Código Cooperativo e da Lei de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora e do interesse em melhorar alguns aspetos dos Estatutos da Mútua, surge a vontade de apresentar em Março uma proposta de atualização dos mesmos.

Quando em 2004 a Mútua se transformou em cooperativa de utentes de seguros todos os membros passaram à qualidade de cooperadores e desde aí já entraram muitos milhares de utentes que não adquiriram a qualidade de cooperadores, o que vem colocando um problema que importa resolver pelos meios que for possível.

Se é importante que os utentes sejam simultaneamente cooperadores, é igualmente decisivo para o futuro da cooperativa que estes participem ativamente na sua vida, o que tem que ser estimulado. Em 2016 poremos em marcha um plano de contactos em cada comunidade, com as respetivas organizações locais e com os próprios membros.

A liderança dos seguros da pesca e da atividade marítimo-turística, a grande implantação nos seguros da náutica de recreio, a confiança que a Mútua merece nas comunidades ribeirinhas e na Economia Social, são um alicerce fundamental para um crescimento sustentado que a manutenção de serviços com qualidade, de proximidade, personalizados e humanizados, exige. Depois das quebras verificadas em 2013 e 2014, este ano registamos um crescimento que importa consolidar e ampliar em 2016, o que se alcançará com ações estudadas, planeadas e executadas com a qualidade e empenho dos muitos quadros dirigentes, técnicos e colaboradores do Grupo Mútua.

A parceria com o Movimento Sindical estabelecida este ano, abre ao Grupo Mútua um novo e larguíssimo campo de ação, sendo o maior desafio no futuro de médio prazo. O estabelecimento de relações de confiança da base ao topo, de relações de trabalho em rede especializando os diversos serviços e aumentando a qualificação, a diversificação e maior oferta de produtos de seguros adequados às necessidades deste universo, têm que constituir apostas a vencer.

Em 2016 termina o mandato dos Órgãos Sociais, pelo que preparar o processo eleitoral que se desenrola até março de 2017, é um imperativo institucional da maior relevância na vida desta Cooperativa de Seguros.

Para que estes e todos os outros objetivos apontados no Plano de Atividades sejam alcançados, é fundamental a confiança que os nossos Utentes (tomadores de seguros, segurados, pessoas seguras, beneficiários) têm demonstrado ter no Grupo Mútua, a parceria que os nossos Resseguradores mantêm, a compreensão e colaboração das Entidades Supervisoras de Seguros (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF) e das Cooperativas (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social – CASES) que muito agradecemos, e, a sempre decisiva ação, leal e dedicada, dos muitos Colaboradores, Trabalhadores e Dirigentes.

3 Traçando o Rumo

5 Notícias

8 Atividade Seguradora

- Entrevista a José Luís Cabrita, Provedor do Utente Mútua
- Protocolos de Seguros
- Regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora



Segurança Marítima

- 12
- Ainda o acidente do “Olívia Ribau”, a Seguradora, Mútua dos Pescadores, faz balanço
 - Programa Mar Seguro
 - Guia Prático de Segurança e Saúde no Trabalho no Setor da Pesca, por Inês Quintino



22 Pesca

- Ainda a pesca da sardinha: Que futuro para milhares de pessoas dependentes deste tipo de pesca? Por João Delgado

25 Cultura Costeira

- A Guerra das Espoletas, por André Amador
- Rede Braspor - Mértola 2015 Ceará 2016, por Maria do Céu Baptista



29 IX Encontro Mútua dos Pescadores

- O desafio do associativismo na economia do mar

33 Setor Cooperativo e Social

- Novo Código cooperativo em vigor: CONFECOOP pede fiscalização da constitucionalidade, por José Luís Cabrita
- 1º Congresso Cooperativo Inter-Universitário Basco, por Joaquim Pequicho

37 Arte e Cultura

- Mozart, por Adelino Cardoso



38 Da Mútua

39 Pequenos Anúncios

Capa: Fotografia da Serra do Caldeirão, por Carla Espada

CONTACTOS MÚTUA

Lisboa – Sede:
213 936 300 / geral@mutuapescadores.pt
Viana do Castelo:
258 101 495 / viana@mutuapescadores.pt
Vila do Conde:
252 623 265 / viladoconde@mutuapescadores.pt
Matosinhos:
229 382 531 / matosinhos@mutuapescadores.pt
Aveiro:
234 368 115 / aveiro@mutuapescadores.pt

Nazaré:
262 551 031 / nazare@mutuapescadores.pt
Peniche:
262 780 040 / peniche@mutuapescadores.pt
Setúbal:
265 537 343 / setubal@mutuapescadores.pt
Sesimbra:
212 231 775 / sesimbra@mutuapescadores.pt
Sines:
269 635 844 / sines@mutuapescadores.pt

Portimão:
282 411 374 / portimao@mutuapescadores.pt
Olhão:
289 714 403 / olhao@mutuapescadores.pt
Funchal:
291 222 758 / funchal@mutuapescadores.pt
Ponta Delgada:
296 288 940 / ponta.delgada@mutuapescadores.pt
Horta:
292 391 920 / horta@mutuapescadores.pt

PROPRIEDADE



MÚTUA
DOS PESCADORES

EDIÇÃO



- **Propriedade**> Mútua dos Pescadores - Mútua de Seguros, C.R.L., Avenida Santos Dumont 57, 6º - 1050-202 Lisboa, Tel.: 213 936 300, Fax: 213 936 310, www.mutuapescadores.pt, geral@mutuapescadores.pt, NIPC 500 726 477
- **Director**> José António Amador
- **Conselho Editorial**> João Delgado, Jerónimo Teixeira, Ana Vicente, Cristina Moço, Adelino Cardoso, Marta Pita e Vasco Pinheiro
- **Edição, Produção e Publicidade**> Bleed - Sociedade Editorial e Organização de Eventos, Lda., Av. da República 41, 3.º - 305, 1050-187 Lisboa, Tel.: 217 957 045/6, info@bleed.pt
- **Impressão**> Grafisol, Lda
- **Tiragem**> 8.000 exemplares
- **N.º Registo**> 124498
- **Dep. Legal**> 209498/04

*A Marés adota o Acordo Ortográfico, mas respeita a opção de cada autor

BIND 'Ó PEIXE



MÚTUA
DOS PESCADORES

Já foi notícia em páginas da "Marés", na edição de março deste ano, e volta agora a sê-lo pelas melhores razões, já que a Bind'ó Peixe e a Mútua dos Pescadores firmaram recentemente um amplo acordo de cooperação, a merecer relevância.

Para começar, a Mútua inscreveu-se como sócio coletivo da Bind'ó Peixe, propondo-se dar o seu contributo para a sustentabilidade financeira e o desenvolvimento associativo daquela organização.

Claro que, a seu tempo, logo que a Bind'ó Peixe reúna as condições necessárias, será convidada a tornar-se igualmente cooperante da Mútua.

Ainda neste plano mais económico, vai ser firmado um protocolo de seguros a favor dos associados da Bind'ó Peixe, de que daremos notícia oportunamente.

Só por isto justificava-se a parceria. Mas há mais...

As duas entidades, pertencendo ao mesmo DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) Costeiro, designado por Grupo de Ação Local Costeira Litoral Norte-AMP, propõem-se efetuar abordagens conjuntas que possam resultar em projetos que sirvam as populações locais.

Outras possibilidades de cooperação, de âmbito cultural, sobretudo com incidência nas comunidades piscatórias da região onde está sediada a Bind'ó Peixe e a Mútua também se encontra presente (Caxinas-Vila do Conde), serão igualmente exploradas.

Finalmente, e sem prejuízo de outras iniciativas conjuntas que a realidade venha a sugerir, a Bind'ó Peixe e a Mútua vão estar particularmente atentas no domínio da comunicação. Assim, quer nas revistas "Farol" e "Marés", quer em newsletters, sites e facebook, haverá uma troca regular de informação, que permita divulgar as ações mais significativas das duas organizações.

Ver artigo sobre o assunto na página 8 da "Marés" nº. 72, de julho 2015.

Confecoop adere à Plataforma Portuguesa de Refugiados



Confederação Cooperativa Portuguesa CCRL



PLATAFORMA DE APOIO AOS
REFUGIADOS

No passado dia 4 de Setembro foi apresentada em Lisboa a Plataforma Portuguesa de Refugiados (PAR). Esta plataforma de organizações da sociedade civil portuguesa surgiu como resposta à atual crise de refugiados.

Reconhecendo que a presente crise é de um caráter complexo, a PAR tem dois eixos de ação que se complementam: um com o objetivo de prestar apoio no acolhimento e integração das crianças e suas famílias em Portugal e outro que consiste na ajuda humanitária nos países de origem e de trânsito dos refugiados, através de recolha de fundos e bens materiais.

Tendo a Confecoop, Confederação Cooperativa Portuguesa, como missão a solidariedade e a intercooperação, a adesão a esta plataforma não podia deixar de ser feita porque, apropriando-nos do mote da PAR, "vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar". A Mútua dos Pescadores, que se rege por princípios semelhantes, saúda esta decisão com esperança de que a plataforma cresça de modo a marcar uma maior diferença!

Congresso Nacional das Colectividades



No passado dia 7 de novembro teve lugar no Fórum Lisboa o Congresso Nacional das Colectividades, evento organizado pela Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto que contou, também, com o apoio da Mútua dos Pescadores, na sequência do protocolo de colaboração entre ambas as partes. A iniciativa teve como objetivos centrais dar visibilidade ao associativismo e valorizar o papel dos dirigentes; refletir sobre o modelo associativo e o seu papel na sociedade portuguesa e demonstrar as dificuldades e potencialidades do associativismo nos planos económico, cultural e social. Volvidos 14 anos do último congresso, este evento que contou com mais de 700 participantes que se reuniram com o mote: "Associativismo Popular – uma Força Social com Visão e com Futuro". O encontro constituiu-se como um importante momento de debate sobre o estado atual do associativismo, realizando-se o seu ponto de situação e refletindo-se sobre os seus problemas e vantagens, sendo que culminou na aprovação do **Manifesto Associativo 2015 - Recomendações Estratégicas**. A Mútua dos Pescadores saúda esta iniciativa, desejando que se torne mais frequente dada a importância de integração social que o movimento associativo promove.

Em breve... Museu Marítimo de Sesimbra

A história de Sesimbra relaciona-se profundamente com o mar. Desde a antiguidade que na localidade se exploram recursos marinhos, nomeadamente através da pesca, o que criou uma identidade e cultura marítimas. Esta relação histórica transparece na cidade que, ainda hoje, é reconhecida por ser uma terra de pescadores e mar.



Para marcar este legado histórico e cultural, a Câmara Municipal de Sesimbra anunciou que em breve irá inaugurar o Museu Marítimo de Sesimbra. A autarquia revela que o objetivo do museu é dar a conhecer a realidade da pesca em Sesimbra e sua evolução histórica.

A fortaleza de Santiago monumento construído em 1648 com objetivos defensivos, após recuperação recente, assume nova função e irá acolher este museu. A escolha destas instalações não podia ter sido melhor, dada a excelente localização da fortaleza que "beija" o mar. A exposição patente irá reunir objetos e apetrechos da pesca assim como documentos e testemunhos iconográficos de modo a melhor enquadrá-los. Aguardamos ansiosamente a abertura deste espaço museológico dedicado ao mar, à pesca e aos pescadores!

IV Jornadas da Sociedade Portuguesa de Ozonoterapia

As IV jornadas da Sociedade Portuguesa de Ozonoterapia realizadas no Hotel Santarém decorreram durante os dias 13 e 14 de novembro.



Foram um êxito em termos de participação nacional e foram versados temas muito importantes como a importância da terapia com ozono no tratamento oncológico, da dor crónica e da patologia ortopédica e traumatológica. Contámos com a participação de colegas de grande prestígio que fazem terapia com ozono em hospitais públicos como o Amadora-Sintra, Garcia de Orta, Hospital de Santarém, Hospital de Lusíadas e Clínica Idealmed, que mostraram a eficácia do ozono no tratamento da dor crónica.

Contámos também com a colaboração de colegas de Espanha um deles presidente da World Federation of Ozone Therapy e outro que desenvolveu uma técnica inovadora de aplicação de ozono intraperitoneal para o tratamento do cancro com metastases.

Estamos em crer que ano após ano os médicos e enfermeiros vão tomando contacto com estas técnicas que não fazem parte de medicinas alternativas mas sim de um arsenal terapêutico médico.

Continuamos motivados para a difusão destas técnicas pelo mundo, por isso estamos integrados em sociedades internacionais com quem partilhamos trabalhos e conhecimentos.

Nota da redação: Registamos o facto do principal incentivador e presidente desta Sociedade ser o diretor clínico da Mútua dos Pescadores, Dr. João Gonçalves, que aqui saudamos.

SEGUROS
MÚTUA DOS PESCADORES
A tua segurança!
 site: www.mutuapescadores.pt
 e-mail: geral@mutuapescadores.pt • tel.: 213 936 300

Novo número da Revista ARGOS



αργος
ARGOS
Revista do Museu Marítimo
de Ílhavo número 2016 03

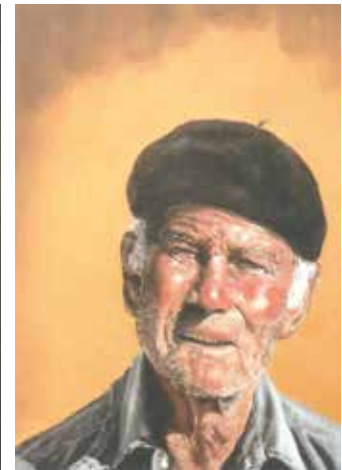
Em outubro saiu mais um número da revista Argos, revista publicada e editada anualmente pelo Museu Marítimo de Ílhavo com coordenação editorial do Professor Álvaro Garrido. Os números anteriores da Argos evidenciaram a sua qualidade científica e tornaram claro como esta revista abriu um espaço de debate sobre as questões relacionadas com o mar, com as culturas marítimas e com a museologia marítima, fatores que lhe fizeram merecer a distinção de melhor revista na categoria de "Trabalho na Área da Museologia", pela Associação Portuguesa de Museologia.

Este terceiro número representa, como Álvaro Garrido evidencia no Editorial, a consolidação e a afirmação de uma revista de museologia marítima sendo que é esse precisamente o seu tema central: "Museus e Património Marítimo".

O texto de Peter Neill, director do World Ocean Observatory, dá o ponto de partida com importante artigo no qual reflete sobre o futuro dos museus marítimos. A discussão continua com interessantes contributos que dão conta de experiências de museologia marítima reforçando a sua importância para o conhecimento dos Oceanos e refletindo sobre o papel dos museus e projetos em processos de patrimonialização e sua salvaguarda. Destacamos, também, o artigo sobre a Cultura Avieira, que a Mútua apoia, no qual João Serrano – um dos mentores do projeto – desvenda um pouco da riqueza daquela cultura, de modo a defender a premissa de que "o fenómeno migratório Avieiro deve ser estudado e valorizado como integrando um sistema económico e social em evolução". Este número tem, ainda, a vantagem de agregar vários artigos que expõem, testemunham e refletem sobre a museologia marítima em diferentes realidades geográficas e culturais destacando-se os textos sobre o Museu de Macau, British Museum ou o Museu Marítimo de Barcelona. A revista é ainda enriquecida com uma entrevista a Mário Ruivo, atual Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Comissão Oceanográfica Intersectorial do MCTES. Na sequência dos números anteriores, há, ainda, espaço para a divulgação da investigação que tem sido feita no âmbito do Museu Marítimo de Ílhavo, com artigos sobre a pesca do bacalhau e a construção de memória e, outro, sobre os novos "arqueossítios" marítimos que ainda estão por desvendar. A revista encerra com uma seleção de imagens do Aquivo fotográfico de Octávio Lixas Filgueiras, que deslinda um pouco do seu trabalho na investigação do património marítimo português.

Em sùmula, este número da Revista Argos segue a linha trilhada pelo Museu Marítimo de Ílhavo, apresentando importantes investigações que contribuem para o alargar do debate os estudos marítimos. A distribuição da Argos está a cargo da Âncora Editora e pode ser adquirida em livrarias por todo o país ou encomendada.

Major Simões Duarte



O artista, velho amigo da Mútua dos Pescadores, expõe um conjunto de quadros, sobre a temática do retrato, género de que é especialista (a par da paisagem), no Museu da Liga dos Combatentes, situado no Forte do Bom Sucesso, junto à Torre de Belém, em Lisboa.

Num estilo assumidamente naturalista, evoca desde figuras públicas a cidadãos mais anónimos (sobretudo pescadores), com uma técnica irrepreensível, que explora bem os efeitos do claro-escuro, conjuga de forma sóbria as cores e faz alguma introspeção aos traços de personalidade daqueles a quem a sua paleta incansável presta homenagem.

No catálogo do evento fomos encontrar um elogio ao autor, feito por alguém particularmente querido desta família cooperativa, repescado de exposição coletiva organizada em tempos pela Mútua, que não resistimos a transcrever:

Obrigada por ter posto nestes pescadores que pintou, tanta ternura e tanta dignidade. Nem que fosse só por isso valia a pena ter feito 700 Km. É uma honra conhecê-lo. E continue, por favor a passar para a tela o mar que nos une. Parabéns.

Cristina Moço

PONTO SEGURO
Seguramente o seu mediador

JOSÉ LUÍS CABRITA

Provedor do Utente da Mútua

O sistema de "Apoio ao Utente", que se encontra pormenorizadamente explicado no sítio da Mútua dos Pescadores (www.mutuapescadores.pt), é um mecanismo obrigatório por lei, que tem por objetivo gerir de forma imparcial as reclamações de segurados, beneficiários e restantes intervenientes no contrato de seguro.

E sem prejuízo do direito de recurso à via judicial, este circuito comporta três níveis de intervenção, por ordem crescente de importância:

- 1.^a Instância – Serviços Internos, como função autónoma;
- 2.^a Instância – Provedor do Utente, missão protagonizada por individualidade idónea externa à Mútua;
- 3.^a Instância – ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ex-ISP).

Para esta edição da Marés - agora que a implementação do referido dispositivo legal está prestes a completar sete anos de existência - quisemos trocar algumas impressões com o Provedor do Utente, na pessoa de José Luís Cabrita, enquanto figura charneira deste importante processo



José Luís Cabrita

Como avalia o sistema de Tratamento, Audição e Participação dos Cooperadores, Tomadores de Seguros, Pessoas Seguras, Beneficiários e Outros Interessados, na sua conceção geral?

A minha avaliação é positiva pois estou convicto que o Legislador ao estabelecer a obrigatoriedade das empresas de seguros instituírem um serviço autónomo responsável pela gestão das reclamações dos tomadores de seguros, segurados, beneficiários ou terceiros lesados relativas aos actos ou omissões das seguradoras, pretendeu tornar mais ágil a resolução dos conflitos que normalmente surgem no âmbito da actividade seguradora mas também tornar mais transparente uma actividade que tem fama, umas vezes justa outras injustamente, de ser muito opaca.

E num mercado cada vez mais competitivo as empresas, e neste caso as seguradoras, só beneficiam se actuarem de forma transparente em todas as fases do seu relacionamento com os Cidadãos.

Acresce que, num País onde o acesso à justiça se torna cada vez mais difícil para a maioria dos Cidadãos, quer porque os custos são muito elevados, quer porque, com o encerramento de muitos Tribunais, ela está mais distante das Populações, a existência, mas sobretudo o funcionamento de serviços das empresas que actuem de forma autónoma e independente na resolução dos conflitos que surjam, mas principalmente na sua prevenção, é cada vez mais importante. E o sistema está concebido para funcionar também na prevenção do conflito e, na minha opinião, é a esta que deve dar prioridade.

A Mútua adaptou bem o sistema à sua realidade?

O Sistema implica a gestão dos processos de forma célere e eficiente, cabendo à Direcção da Mútua criar as condições para a gestão imparcial das reclamações apresentadas. Cabe-lhe ainda assegurar um ponto centralizado de receção e resposta, devidamente identificado a nível interno e a nível externo.

A Mútua, pelas suas origens, pela sua natureza e também pelos valores e princípios que professa, já desenvolvia no

essencial, embora de forma informal e não regulamentada, a sua actividade orientada pelas normas que foram consagradas na legislação. Por isso, pelo que me tem sido dado observar, foi fácil a adaptação ao sistema já que apenas teve que fazer as adaptações necessárias ao estabelecido na legislação, aproveitando para melhorar aquilo que já era uma prática.

Ao incluir no Departamento de Acção Cooperativa e Comunicação, o Serviço de Apoio ao Utente, com a responsabilidade pela centralização da recepção e resposta às reclamações e ao designar o Provedor próprio, a Direcção da Mútua não apenas cumpriu o estipulado na legislação como também procurou responder, e na minha modesta opinião bem, às suas especificidades e natureza cooperativa.

Na sua opinião, como tem o Sistema da Mútua interpretado a missão?

O Sistema tem interpretado bem a sua missão, indo muitas das vezes para além daquilo que são as suas atribuições. Por um lado, acolhendo todas as reclamações, mesmo aquelas que não respeitam os formalismos estabelecidos, por outro, envolvendo os serviços da Mútua respectivos na procura da melhor solução para a questão apresentada e ainda informando os interessados do evoluir do processo até à comunicação da decisão, fundamentando devidamente esta.

O que destaca de mais positivo e que deficiências ainda deteta?

O que de mais positivo há a assinalar, é sem dúvida o reduzido número de reclamações recebidas o que significa que a Mútua se encontra bem implantada nas comunidades que serve mas também que os seus colaboradores têm vindo a interiorizar a natureza da Mútua, os valores e princípios que professa. Como deficiência, aponto a, na minha opinião, ainda deficiente divulgação do sistema em todos os locais onde a Mútua, directa ou indirectamente, está implantada e desenvolve a sua actividade, assim como junto dos seus colaboradores, independentemente do seu vínculo à Mútua.

Que lhe ocorre sugerir neste momento?

O que me ocorre sugerir, é o que sempre tenho colocado no reporte anual, ou seja: A Mútua continuar a aperfeiçoar os mecanismos do sistema e que mantenha a permanente divulgação junto dos segurados, membros, trabalhadores e colaboradores das regras de gestão de reclamações e o aperfeiçoamento dos mecanismos necessários ao seu cumprimento, mas acima de tudo que incremente a divulgação junto dos segurados, membros, trabalhadores e colaboradores, dos valores e princípios cooperativos, intensificando a formação e informação cooperativa.

Participando em reuniões e tendo acesso a documentação que lhe dão uma panorâmica geral do mercado nesta matéria, como classifica o volume de reclamações e o seu tratamento na Mútua, comparativamente aos restantes seguradores?

A Mútua é, sem dúvida, no panorama actual do mercado segurador Português, a seguradora com menor, mas muito menor número de reclamações. Para termos uma ideia do quanto é reduzido o número de reclamações, penso que basta dizer que este ano o Provedor ainda não recebeu qualquer reclamação que fosse da sua competência analisar. As rece-



Para conhecer melhor o sistema de apoio ao utente

A Mútua dos Pescadores, enquanto cooperativa de utentes de seguros e sem fins lucrativos, tem o objetivo de promover uma cultura de responsabilidade social a todos os níveis da sua estrutura.

Como tal, além de gerir as reclamações, o sistema de "Apoio ao Utente" também desempenha outras funções importantes.

Assim, tendo como finalidade o maior envolvimento dos seus utentes, a Mútua pretende ser uma porta aberta para a concretização dessa participação uma vez que acolhe todos os contributos para a melhoria de desempenho dos serviços.

Destacamos que nos podem fazer chegar informações, sugestões e opiniões, através do e-mail (apoio.utente@mutuapescadores.pt) ou por via da caixa "Xalavar", disponível em todos os balcões da Mútua.

Porque enquanto cooperativa queremos ouvir o que nos têm para dizer!

bidias eram da competência do Serviço de Apoio ao Utente, tendo sido para este reencaminhadas e, pelos vistos, foram bem solucionadas pois não voltaram ao Provedor. Mas nesta apreciação não podemos deixar de ter em conta que há ramos que não são trabalhados pela Mútua, por exemplo o Automóvel, onde a conflitualidade é, sem dúvida, muita elevada, tal como não podemos esquecer que a Mútua, na resolução de sinistros que poderiam gerar maior conflitualidade, como por exemplo nos casos de morte presumida em caso de desaparecimento, tem procedido à sua rápida regularização, independentemente dos prazos legais. Aqui permitam-me que destaque o importante papel desempenhado, e bem, pela Mútua na alteração da legislação.

Temos Provedor para futuro?

Esta é uma resposta a que só a Direcção da Mútua pode responder. Da minha parte, há total disponibilidade para continuar não apenas porque é um trabalho de que gosto mas também pelo muito que ele me tem proporcionado aprender.

Protocolos de Seguros

A Mútua dos Pescadores, que tem estabelecido relações de cooperação com diferentes entidades relacionadas com os vários setores estratégicos, firmou recentemente três importantes protocolos que dão continuidade à forma da empresa trabalhar: em rede e em parceria

Reforçar a presença nos Açores

A Região Autónoma dos Açores pela sua ímpar beleza tem sido motivo de grande atração turística que se deve, também, às inúmeras empresas que promovem atividades que dinamizam a região. Reconhecendo a importância deste mercado, a Mútua assinou em outubro dois protocolos de cooperação com duas associações que congregam algumas das empresas que exploram a mais-valia da região: a sua natureza.

AREAT



No passado dia 6 de Outubro nas instalações da Mútua em Ponta Delgada foi assinado com a recém-criada Associação Regional das Empresas de Atividades Turísticas dos Açores (AREAT) um protocolo de colaboração. Na assinatura do protocolo estiveram presentes por parte da AREAT dois membros da sua atual direção – Pedro Rodrigues e Adriano Cimbron.

A AREAT tem como objetivo a defesa dos interesses das empresas que exploram em terra atividades turísticas ligada à natureza. Nestas inserem-se os passeios pedestres e em viaturas até 9 lugares, os passeios de bicicleta e moto4, o Geoturismo e o Birdwatching, entre muitas outras.

A Mútua segura todas estas atividades, e com a assinatura de mais este protocolo pretende dar condições preferenciais a cada vez maior número de associados da AREAT.

A todas essas empresas: "Bem-vindas a bordo!"

AOMA



Decorridos dois dias, a Mútua deu as boas vindas a mais uma associação ligada ao mar ao celebrar a assinatura de mais um protocolo de colaboração, desta feita com a AOMA – Associação dos Operadores de Mergulho dos Açores.

A cerimónia teve lugar no dia 8 de Outubro nas instalações da Mútua em Ponta Delgada, e a AOMA fez-se representar ao mais alto nível pelo presidente da associação Paulo Reis e vice-presidente Rui Cabral de Melo.

A AOMA, inicialmente pensada como representante do sector dos Operadores de Mergulho Recreativo e de Formação, cresceu e de forma natural expandiu o seu raio de ação às Atividades Marítimo-Turísticas, e a partir do know-how dos seus altamente qualificados quadros e dirigentes técnicos englobou de igual forma o importante sector do Mergulho Comercial/Profissional. A Mútua, como não poderia deixar de ser numa seguradora que faz do mar o chão que pisa, orgulha-se de ter a AOMA e os seus associados como parceiro de negócio!

ASSUP – Associação de Stand Up e Paddle Boarding



A modalidade de Stand UP Paddle Boarding (SUP) tem vindo a ganhar adeptos um pouco por todo o mundo e Portugal não é exceção. Na última da "Marés" demos a conhecer um pouco de uma associação, a Associação de Stand Up Paddleboarding de Portugal, que promove a prática do SUP em Portugal. Hoje voltamos a falar desta associação para noticiarmos a assinatura do protocolo de colaboração entre a Mútua dos Pescadores e a ASSUP, com sede na Lagoa de Óbidos, Vau, visando melhores condições contratuais nos seguros subscritos pelos sócios desta associação náutica.

Regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora

Na edição anterior da “Marés” foi publicado um artigo esclarecedor sobre este assunto, ligando o novo regime à Diretiva Solvência II, cujos princípios e orientações integra. E na altura da publicação do Decreto-Lei nº. 147/2015, de 9 de setembro, que entra em vigor em 1 de janeiro de 2016, fizemos a sua divulgação, acrescentando mais alguns esclarecimentos, no facebook e site da Mútua dos Pescadores, onde o diploma se encontra disponível para consulta

Interessa agora aprofundar um pouco mais o seu conteúdo, na medida em que o almejado reforço de solidez dos seguradores se orienta fundamentalmente para uma maior proteção dos utentes.

Desde 1907 que Portugal dispõe de regulação específica na matéria de acesso e exercício à atividade seguradora e resseguradora, através de legislação que sofreu profundas alterações em 1998 e nos anos subsequentes, culminando agora neste diploma.

É importante recordar que este regime de acesso e exercício, a par da lei do contrato de seguro (Decreto-Lei nº. 72/2008 de 16 de abril) constituem os dois diplomas mais determinantes do setor, havendo ainda toda uma abundante legislação complementar e subsidiária.

Para se entender melhor o alcance deste novo Decreto-Lei, passamos a descrever a forma como se encontra estruturado:



Título I Disposições Gerais

Título II
Condições de acesso à atividade seguradora e resseguradora por empresas de seguros ou resseguros com sede em Portugal

Título III
Condições de exercício da atividade seguradora e resseguradora por empresas de seguros e de resseguros com sede em Portugal

Título IV
Vicissitudes no exercício da atividade seguradora e resseguradora por empresas de seguros ou de resseguros com sede em Portugal

Título V
Atividades transfronteiras, direito de estabelecimento e livre prestação de serviços

Título VI
Supervisão das empresas de seguros e de resseguros que fazem parte de um grupo

Título VII
Recuperação e liquidação

Título VIII Sanções

Anexo I
Fórmula-padrão para o cálculo do requisito de capital de solvência

Anexo II
Regime processual aplicável aos crimes especiais do setor segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Anexo III
Republicação do Decreto-Lei nº. 12/2006, de 20 de janeiro (que regula a constituição e funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões)

Como se pode verificar, as atividades seguradora, resseguradora e fundos de pensões no espaço europeu, incluindo Portugal, estão particularmente regulamentadas e supervisionadas, fatores que, entre outros, também justificam que nestes anos turbulentos tenham mostrado uma resiliência muito singular.

Quase parece uma obsessão a frequência com que as páginas da revista “Marés” abordam o tema da segurança marítima.

Mas o que pode fazer o principal órgão de comunicação de uma cooperativa de utentes de seguros que tem no mar a sua maior especialização?

Ignorar a questão?

Não investigar o problema?

Esquecer as causas?

Não denunciar as insuficiências?

Demitir-se de apresentar soluções?

Deixar os cooperadores à sorte?

Não!

A Mútua não vai por aí.

Porque as razões da excessiva sinistralidade na costa portuguesa, especialmente com embarcações de pesca, são muitas e diversas; começando no escasso rendimento da pesca, agravado pela sua injusta repartição entre a distribuição e a produção; passando pela degradação da frota; sem esquecer a problemática das infraestruturas portuárias, dos meios de socorro e de segurança; até ao envelhecimento da classe, com implicações na qualificação e na formação.

E por tudo isso, as tragédias são recorrentes: ainda recentemente, só no espaço de um mês, ocorreram três naufrágios com embarcações de pesca, que envolveram 25 pescadores, 5 dos quais, infelizmente, perderam a vida. E esta – a vida – é um valor supremo na cultura da Mútua, pelo que continuaremos a insistir para que as comunidades ribeirinhas não sofram quotidianamente o espectro do luto.

Assim, nesta edição, continuamos a dar o nosso contributo, com um conjunto de artigos onde se informa como sinal de alerta e se apresentam ações concretas de organizações onde a Mútua participa, para reduzir este drama.

Acidente na Figueira da Foz

Na tarde de 6 de outubro, um grave acidente na Figueira da Foz, que envolveu a embarcação de pesca “Olívia Ribau”, da empresa Atlantis-Sociedade de Pescas, Lda., transformou-se numa tragédia que vitimou mortalmente cinco profissionais.

Tendo de imediato apresentado condolências às famílias, a Mútua dos Pescadores presta homenagem aos desditosos companheiros, cujos nomes recordamos, para que fique registada a sua memória: Rui Jorge Gonçalves Ramalho, Américo Jorge da Cruz Terralheiro, Joaquim Manuel Pereira Comboio, Adriano Pereira Comboia, António Fernando Ferreira Mendonça.

A Mútua, para além da solidariedade e apoio social que se impuñham, tem vindo paralelamente a desenvolver todas as diligências visando o cumprimento célere das suas obrigações contratuais, expressas nos seguros de acidentes de trabalho, acidentes pessoais e marítimo.

As circunstâncias desta catástrofe, a somar a outras que ocorreram anteriormente em condições similares e no mesmo local, são infelizmente demasiado graves para que não se analisem em detalhe

as diversas causas que contribuíram para estes nefastos efeitos. A Mútua, a ADAPI e a Federação dos Sindicatos da Pesca promoveram há algum tempo um questionário que visou apurar as condições das várias barras e portos do Continente. Este questionário, sem pretender ser exaustivo ou competir com as informações e conhecimentos que as entidades responsáveis devem possuir, deu-nos informação muito útil sobre este assunto e da nossa parte não deixámos nem deixaremos de contribuir para que as necessárias obras e medidas de melhoria sejam tomadas. É que não podemos encher a boca com a Europa e a União Europeia e termos em muitas áreas condições que mais se aproximam dos países de outros continentes.

É fundamental que todos aprendamos com os erros, porque só assim nos aproximaremos de maiores níveis de segurança, evitando as perdas e o sofrimento humano, contribuindo para padrões de trabalho e de vida a que todos aspiramos.

A Mútua enquanto cooperativa líder dos seguros da pesca e de outras atividades marítimas, terá estes objetivos quotidianamente.

A Seguradora, Mútua dos Pescadores, faz balanço

No dia 11 de novembro de 2015, teve lugar na sede da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL, em Lisboa, uma Conferência de Imprensa subordinada ao tema: Ainda o acidente do “Olívia Ribau”. Disponibilizamos na íntegra o comunicado lido e distribuído aos meios de comunicação social no qual fazemos um balanço da situação

Na sequência do trágico acidente ocorrido no dia 6 de outubro, à entrada da barra do porto da Figueira da Foz, com a embarcação “Olívia Ribau”, que vitimou 5 membros, esta cooperativa de utentes de seguros, a Mútua dos Pescadores, considera agora adequado fazer um balanço da situação.

Em primeiro lugar, a Mútua informa que, tendo sido reunida toda a documentação indispensável, **vai iniciar de imediato e voluntariamente** sob a forma de prestações provisórias, o pagamento de pensões aos beneficiários legais das vítimas (viúvas e filhos menores), bem como as indemnizações, decorrentes respetivamente dos seguros de acidentes de trabalho e acidentes pessoais.

Por outro lado, quanto à embarcação, igualmente segura na Mútua, através de uma apólice de marítimo, os trabalhos para o seu salvamento iniciaram-se no dia seguinte ao sinistro, envolveram importantes meios materiais e humanos e neste momento procede-se à limpeza do seu interior que irá possibilitar o apuramento dos danos.

Só na carteira de seguros de pesca na Mútua, este ano, já se verificaram 776 acidentes de trabalho, dos quais 68 resultaram em incapacidades permanentes e 5 nas citadas mortes.

E registaram-se na mesma atividade, 162 acidentes marítimos, dos quais três implicaram a perda total das embarcações (Elinelson, Arcanzil e Mestre Nelson), e recentemente decorrente de encalhe (Segredos do Mar) e naufrágio (Canope), para além do Olívia Ribau, que no conjunto colocaram em grande risco 38 pessoas, das quais as 5 vítimas mortais.

Mas a esta realidade acresce ainda mais 8 sinistros graves, que envolveram 33 pescadores, 7 dos quais pereceram.

A situação da sinistralidade laboral na pesca constitui, desde sempre, uma preocupação central desta cooperativa, em linha, aliás, com a sociedade civil, as comunidades piscatórias, as associações e sindicatos do setor, bem como algumas entidades públicas.

Não porque a Mútua analise esta questão numa lógica comercial baseada na mera dualidade sinistros/prémios, mas porque, enquanto cooperativa de utentes de seguros, coloca o enfoque das suas preocupações na defesa dos interesses e da integridade física dos seus cooperadores, segurados e pessoas seguras.

É neste sentido que a Mútua acompanha insistentemente a problemática da segurança no mar:

- seja através dos seus próprios meios de comunicação (site, facebook, newsletter “info mútua” e revista “Marés”) e de entrevistas e artigos na imprensa escrita e eletrónica;
- seja em encontros que realiza anualmente, seminários, congressos, certames e outros fóruns;
- seja através de inquéritos sobre a segurança;
- seja nas ações de formação sobre segurança que tem desen-

volvido desde os anos oitenta e que em 2014 envolveram 100 profissionais;

- seja ainda junto dos poderes públicos e legislativos, como o contributo recente para a eliminação do prazo de 10 anos para pagamento de pensões aos beneficiários dos desaparecidos no mar;
- seja também na sua participação na Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens no Mar, dirigida pela Autoridade Marítima e que já influenciou decisivamente matérias fundamentais para o reforço da segurança marítima, de que é exemplo a obrigatoriedade do uso dos coletes na pesca local, bem como a participação na Campanha para a Melhoria das Condições de Trabalho na Pesca, dirigida pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), que entre outras ações, acaba de publicar o Guia Prático de Segurança e Saúde no Trabalho no Setor da Pesca, e agora na integração da parceria que compõe o programa “Mar Seguro”, dirigida pela Autoridade Marítima e o Instituto de Socorros a Náufragos.

Mas não chega!

É preciso fazer mais e melhor.

É indispensável:

- a adoção de políticas e investimentos que contemplem, desde logo, um plano nacional de portos, que sublinhando o caráter público destes, preveja a urgente intervenção nos portos de pesca, barras, molhes de proteção, canais de acesso e demais infraestruturas, sem esquecer a necessidade do desassoreamento regular, visando a resolução das más condições de segurança verificadas em vários locais;
- dotar os portos com meios de salvamento e recursos humanos em permanência, que assegurem a resposta imediata em caso de perigo;
- garantir a capacidade financeira dos organismos que se ocupam da segurança marítima, de forma a que estes, dotados das condições técnicas e humanas necessárias, possam cumprir eficaz e sustentadamente a sua importante missão;
- harmonizar e simplificar a legislação sobre segurança marítima;
- insistir no ensino especializado em segurança marítima;
- lançar campanhas de sensibilização para o cumprimento das medidas de segurança e de proteção individual no mar;
- criar uma comissão especializada nos assuntos do mar na Assembleia da República.

Que a tragédia do “Olívia Ribau” contribua para uma nova política de segurança no mar!

Lisboa, 11 de novembro de 2015
A Direção

Guia Prático de Segurança e Saúde no Trabalho no Setor da Pesca

Inês Quintino
Técnica Superior da Direção da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho da ACT

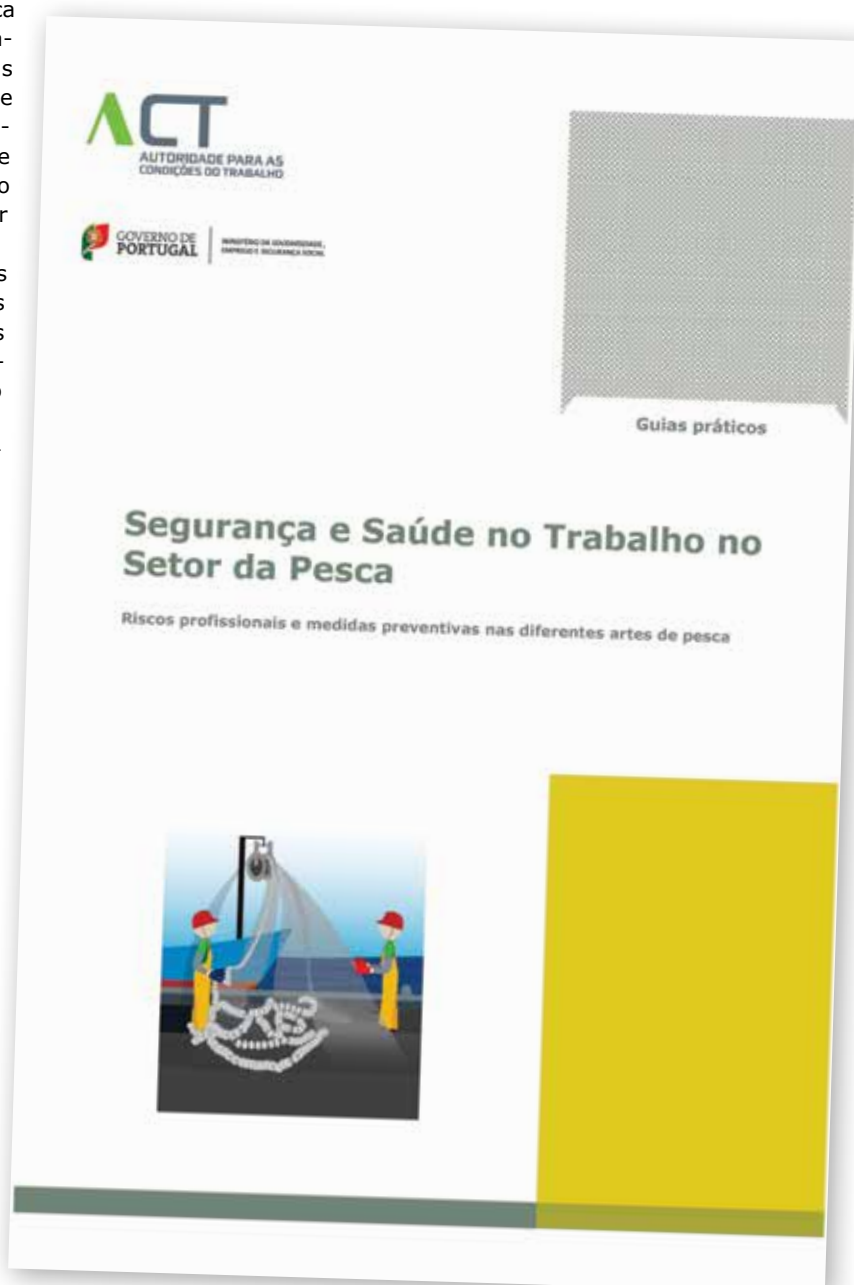
A Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) observa e procura concretizar nos vários contextos e locais de trabalho os referenciais estratégicos de nível internacional e nacional no domínio da segurança e saúde no trabalho por forma a desenvolver o seu papel na promoção de condições de trabalho seguras e saudáveis

Sabendo que da atividade económica da pesca decorrem riscos acrescidos de acidentes de trabalho e doenças profissionais, resultantes das suas operações se desenrolarem em embarcações de pesca sujeitas ao movimento das ondas, às condições atmosféricas e, ainda, afastadas de meios de socorro rápidos, foi desenvolvido o "Guia Prático sobre Segurança e Saúde no Trabalho no Setor da Pesca".

Este guia, que tem como destinatários principais os armadores das embarcações de pesca, os seus quadros, os representantes dos armadores e dos trabalhadores, os próprios trabalhadores marítimos e ainda técnicos de segurança no trabalho e formadores, encontra-se dividido em 5 partes. No primeiro capítulo o guia apresenta as características gerais do setor da pesca relevantes para se compreender e perspetivar qualquer ação preventiva a desenvolver. Evidencia as razões pelas quais o trabalho na pesca tem particular perigosidade: *"a ocorrência de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais constitui um indicador significativo da existência de disfunções nos locais de trabalho e nas respetivas envolventes, e evidencia a necessidade de implementar e melhorar o sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho junto dos armadores e todos os trabalhadores marítimos"*.

O segundo capítulo traça o enquadramento legal da segurança e saúde no trabalho que recai sobre os armadores de embarcações de pesca e sobre os respetivos trabalhadores. De maneira sucinta são descritas as regras respeitantes à promoção da segurança e saúde do trabalho no setor da pesca que visam estabelecer condições de trabalho seguras a bordo.

Destaca-se a obrigatoriedade de comunicação à ACT, sem prejuízo de comunicação a outras entidades competentes, dos acidentes de trabalho de que resulte morte ou lesão de trabalhadores ou que, independentemente da produção de danos pessoais evidenciem uma situação particularmente grave para a segurança ou saúde dos trabalhadores.



No capítulo gestão da segurança e saúde no trabalho é dada continuidade ao enquadramento legal da promoção em SST destacando a obrigação da prevenção do armador que deve assegurar aos seus trabalhadores condições de segurança e saúde em todos os aspectos do seu trabalho. Compete ainda ao armador a adaptação do trabalho ao homem, especialmente no que se refere à concepção dos postos de trabalho, à escolha de equipamento de trabalho e aos métodos de trabalho e produção, com vista a atenuar o trabalho monótono e o trabalho repetitivo e reduzir os riscos psicossociais.

A organização dos serviços de SST é tema fundamental neste capítulo e uma vez que, em Portugal, a pesca é realizada maioritariamente por pequenas embarcações estas atividades podem ser asseguradas pelo próprio armador ou por trabalhador por ele designado.

Destacam-se nestes processos de gestão da segurança e saúde no trabalho a avaliação dos riscos e organização e implementação de medidas corretivas, a informação, a consulta e participação dos trabalhadores.

No capítulo 4 são distinguidas as principais artes de pesca e para cada uma são identificados os principais riscos que lhe estão normalmente associados e as medidas preventivas aconselhadas. São diferenciadas as artes de pesca com aparelhos de linha e anzol, com redes de emalhar e redes de tresmalho, com armadilhas, com redes de arrasto e com redes de cerco.

O penúltimo capítulo aborda os trabalhos gerais relativamente aos perigos, riscos e recomendações a tomar, independentemente das artes de pesca utilizadas, nomeadamente o trabalho com equipamentos, o trabalho em altura, as cargas descargas, a manutenção das embarcações, entre outros.

O guia termina com uma listagem com instruções gerais de segurança. Citam-se:

- Deve ser ministrada formação e informação à tripulação sobre os riscos existentes de acordo com os trabalhos a realizar;
- Todos os equipamentos elétricos devem estar protegidos e devidamente identificados: devem ser adotadas medidas como a separação de circuitos, a existência de dispositivos diferenciais, isolamento de proteção, etc;
- Devem utilizar-se equipamentos de proteção individual (EPI) para evitar o risco de picadas, mordedelas, cortes etc;
- Os recipientes que contenham substâncias químicas perigosas devem estar corretamente assinalados, armazenados e estabilizados;
- Todos os locais da embarcação devem estar bem iluminados;
- Os cabos, cordas, etc., presentes no convés devem estar corretamente acondicionados;
- Entre outras instruções...

É importante destacar que após a publicação do Guia Prático de Segurança e Saúde no Trabalho no Setor da Pesca entrou em vigor a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2015-2020 – “Por um trabalho seguro, saudável e produtivo” que estabelece as linhas de ação da Autoridade para as Condições do Trabalho enquanto procura dar resposta à necessidade de promover a aproximação aos padrões europeus em matéria de acidentes de trabalho e doenças profissionais e ambicionar o alcance de uma redução constante da sinistralidade laboral enquanto contribui de forma progressiva e continuada para a melhores níveis de saúde e bem-estar no trabalho.

É possível descarregar o guia do site da ACT, no espaço Publicações Electrónicas por Setores de atividade: <http://www.act.gov.pt> .



O SEU SEGURO
PARA
ACIDENTES DE
TRABALHO

POR CONTA DE OUTRÉM



“ Agora com novas
condições tarifárias
para alguns escalões
- Veja a diferença -
Consulte-nos”

confiança mútua

Programa 'Mar Seguro'

Direção Geral da Autoridade Marítima
Instituto de Socorros a Náufragos



As condições de trabalho e de vida a bordo das embarcações de pesca ocorrem num espaço reduzido, com duração e ritmos de trabalho intensos, em condições climáticas que facilmente se podem tornar adversas. Todos estes fatores contribuem para a ocorrência de acidentes a bordo.

A estatística de sinistralidade no setor, indicada no quadro seguinte, confirma a atividade piscatória como uma das atividades humanas com mais elevado risco (ver quadro).

Nesse sentido, e de modo a contribuir para que os pescadores tenham as melhores condições de segurança possíveis, designadamente na prevenção de acidentes, a Autoridade Marítima, através do Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), propõe-se ministrar ações de divulgação e de sensibilização junto das comunidades piscatórias no sentido de incutir uma cultura de segurança de todos aqueles que fazem uso do mar para fins lúdicos ou profissionais. Para o efeito foi lançado o Programa 'Mar Seguro', ao qual a Mútua dos Pescadores aderiu.

O Programa 'Mar Seguro' tem como conceito promover, junto da comunidade piscatória, através de ações de sensibilização, a divulgação de uma cultura de segurança no mar, incutindo uma atitude sustentada de precaução, prevenção de acidentes e prudência.



Ano	Acidentes						Mortos						Ilesos					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pesca local	23	9	20	23	31	9	7	2	2	10	3	8	13	11	23	13	31	16
Pesca costeira	18	25	22	17	20	23	7	7	0	4	5	5	32	31	29	13	22	36
Total	41	34	42	40	51	32	14	9	2	14	8	13	45	45	52	26	53	52

* Dados da D.G.A.M., que apenas apura os acidentes mais graves, ocorridos no mar; diferentemente dos seguradores, que apuram todos os acidentes de trabalho, no mar e em terra, que envolvam os pescadores.
**Os dados deste ano são referentes a 14 de outubro.

O ISN, órgão regulador do salvamento marítimo, socorros a naufragos e assistência a banhistas, é o promotor deste programa, tendo o apoio da Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens do Mar (de que a Mútua dos Pescadores faz parte), e tendo como parceiro a Associação Pró Maior Segurança dos Homens do Mar (APMSHM), que já apoiou o lançamento deste programa, designadamente com a produção de um filme pedagógico alusivo ao programa. Para além da sensibilização da comunidade piscatória, pretende-se também apresentar o conceito de "plano de cooperação entre as associações de armadores e as capitania dos portos", com o objetivo de promover uma maior aproximação entre as autoridades e os pescadores em todas as situações da sua atividade e, em particular, durante a faina da pesca. Esta aproximação é fundamental para o reforço da segurança de quem anda no mar. Os planos de cooperação incluem um pequeno conjunto de procedimentos que permitem um maior conhecimento de situação da faina num dado momento, permitindo o aviso antecipado de um eventual acidente, assim como uma resposta mais rápida das autoridades em caso de necessidade.

O Programa 'Mar seguro' desenvolve-se em quatro grandes áreas de atuação

• Dispositivo de Salvamento Marítimo em apoio ao pescador

Sempre que o pescador sai para o mar deve estar ciente que não está sozinho e que existe uma Estação Salva Vidas (ESV) com pessoal especializado e pronto a acudir em situação de emergência.

Objetivo – Dar a conhecer a localização das ESV, os meios disponíveis e os principais contatos.

• Ida ao mar – Regras e cuidados

Antes da saída para o mar, o pescador terá que preparar cuidadosamente a viagem.

Objetivo – Dar a conhecer as principais regras e cuidados a ter quando se vai para o mar.

• Como salvar um camarada – Suporte Básico de Vida e Oxigenoterapia

No mar há sempre situações em que temos que ocorrer rapidamente para salvar um companheiro.

Objetivo – Dar especial atenção a regras e procedimentos relacionados com o suporte básico de vida e a oxigenoterapia.

• A prática do uso do colete salva-vidas enquanto meio de salvamento

Muitas das mortes que ocorrem no mar têm como causa a falta de uso ou uso incorreto do colete salva-vidas.

Objetivo – Explicar as razões da utilização do colete e qual a forma correta de o usar.



MÚTUA DOS PESCADORES

seguro solidário

1ª Cooperativa de utentes de seguros

com os pés em terra
com os olhos no mar

- ✓ experiência mutualista desde 1942
- ✓ a seguradora do mar
- ✓ plataforma de seguros para o sector cooperativo e social
- ✓ experiência, especialização e competência reconhecidas
- ✓ economia solidária proximidade e humanismo

www.mutuaspedadores.pt

geral@mutuaspedadores.pt



O Papel da Mútua dos Pescadores no Apoio ao Setor das Pescas em Portugal

Intervenção da direção da Mútua dos Pescadores no Lançamento do Programa “Mar Seguro”

A Mútua dos Pescadores nasceu há 73 anos, com o objetivo de proteger socialmente, através da atividade seguradora, os chamados à época – “Pescadores sem patrão”. Ou seja, oferecer proteção social à mais pequena pesca, à pesca não agremiada, com poucos recursos e, por isso, menos protegida sob todas as perspetivas.

Aquando do seu nascimento, a Mútua dos Pescadores, sendo a mais frágil das Mútuas em Portugal tendo em conta a realidade Mutualista no setor das pescas portuguesas de então – que contava com a Mútua do Arrasto, a Mútua da Sardinha e a Mútua do Bacalhau – fez das fraquezas forças e encontrando, ao longo da sua existência, na competência, na capacidade de trabalho, na lealdade, na transparência, na gestão criteriosa, nas boas relações institucionais, na sua independência e na envolvimento e participação dos seus associados e na recusa permanente de protagonismos bacocos, o rumo certo que a fizesse chegar à atualidade como a única Mútua da Pesca em Portugal e a única Cooperativa de Utentes de Seguros do nosso País.

A Mútua resistiu, sobrevivendo às maiores adversidades e contextos complexos. Nasce em plena segunda guerra mundial, num Portugal a braços com a mais longa ditadura da Europa, assiste com natural esperança ao 25 de abril de 1974, onde assume a sua posição de estrutura de vanguarda ligada umbilicalmente ao setor das pescas, atravessa o turbilhão político dos primeiros tempos de democracia mas, ainda assim, encontra formas objetivas de crescer, desenvolver-se, e cobrir toda a costa portuguesa com a sua ação.

Desde o final da década de 80, com o declínio acentuado do setor das pescas em Portugal, que a Mútua tem procurado encontrar soluções, através de múltiplas indagações e reflexões com o objetivo de se adaptar às realidades existentes e dar as respostas adequadas aos seus associados, face ao cenário a que se assistia.

Como é sabido, toda a década de 90 e durante esta década e meia de vida do novo século XXI assistimos a um acelerado desaparecimento do setor piscatório em Portugal, atirando-o para uma sombra daquilo que foi. Uma penumbra, um resquício, um traço, um laivo apenas daquilo que fomos!

De referir que para a MP a pesca profissional assume ainda, nos dias de hoje, apesar de alguma diversificação de carteira por outros setores, um peso de 72% na sua produção total. Assume, por isso, uma centralidade absoluta na sobrevivência desta estrutura cooperativa, que se entende como indispensável ao setor, pela sua missão económica – a atividade seguradora – e pela sua ação cooperativa assente em inalienáveis valores morais e princípios éticos que regem toda a nossa ação e visão estratégica de apoio aos nossos associados que visa, em primeira e última análise – **“a satisfação das aspirações e necessidades económicas, sociais e culturais comuns”**.

Tendo por base o supra citado e tendo por adquirido que o estado do setor das pescas influencia diretamente os resultados e a própria capacidade de sobrevivência da Mútua dos Pescadores, aliás, tal como determina a sobrevivência de milhares de famílias e de centenas de estruturas públicas ou privadas na sua direta dependência, a Mútua dos Pescadores, na perse-

guição da defesa das múltiplas aspirações dos seus cooperadores e associados, não se tem permitido a ficar imóvel, assistindo impávida ao desmoronar de um setor que nos defende a todos, e que todos os indicadores apontam para a necessidade do seu ressurgimento e reestruturação.

Pela sua visão, ampla à superfície e incisiva em profundidade, a Mútua dos Pescadores tem uma abordagem geral de defesa do interesse nacional relativamente ao setor das pescas e nunca uma visão afunilada, com abordagens circunscritas a

uma região, a uma localidade, a um porto ou a uma qualquer estrutura. Perseguimos os interesses coletivos e ajudamos a construir novas realidades.

Uma visão estruturada desta forma implica, indubitavelmente, que a MP tenha por base dados concretos, assentes em fontes fiáveis que possam servir de plataforma de análise para delinear a sua estratégia e os diferentes planos de ação para atingir os vários desideratos a que nos propomos.

E a realidade que nos serve de base de trabalho é a seguinte:

Embarcações de pesca

1986

18067 embarcações

2014

8177 embarcações

A idade média da frota nacional de pesca: **27 anos**

Estadísticas da Pesca 2014, edição 2015, INE, PORDATA

Trabalhadores da pesca

1986

41775 pescadores

2014

16779 pescadores

Entre o ano 2000 e 2014, matricularam-se menos **8.242 pescadores**

Estadísticas da Pesca 2014, edição 2015, INE, PORDATA

Trabalhadores da pesca

Mão de obra envelhecida
58% dos trabalhadores têm entre **35 e 54 anos**;

Consequências:

Aumento de sinistralidade
Inadaptação às exigências atuais das práticas de HSST a bordo.
Custos para o Estado
Custos para as seguradoras;
Custos sociais e económicos para as famílias e comunidades mais dependentes da pesca;
Não aproveitamento adequado no que concerne à transmissão de conhecimentos acumulados pelos trabalhadores com mais experiência.

Volume de descargas/Receitas

- Acréscimo da receita gerada na venda final de pescado – (10,7%)
- Aumento do preço pago pelo consumidor final – (3,8%)
- Quantidades e preços médios do pescado desembarcado, em 2014 - menos 18,7% do que em 2013, a mais baixa desde 1969.
- A pesca com a arte do cerco registou um maior decréscimo de quantidades, com uma variação de -30,7% face a 2013.
- Os primeiros três meses de 2015 confirmam esta tendência, com menos 4,5% do que em igual período de 2014.
- O aumento dos preços médios perdem total significado face à queda brutal de produção.

DATAFISCAL, edição n.º 204, de janeiro a março de 2015

Balança comercial

Aumento do défice da balança comercial em relação a 2013 (7,1% = 44 milhões de euros);
O referido défice cifra-se na sua totalidade no ano de 2014 em 662,5 milhões de euros;

Portugal é um País de Mar e de pesca e importa mais de 60% do seu consumo de produtos da Pesca.



Pormenor da exposição patente no evento

Facilmente concluímos que esta realidade não serve o País, não serve as famílias e comunidades dependentes da pesca, não serve as economias regionais que se desenvolveram apoiadas neste setor produtivo e que agora se afundam, não serve a defesa da nossa cultura marítima, a nossa construção naval, o comércio de pescado e a indústria conserveira e não defende o ressurgimento de um setor com tanto potencial, mas que permanece eternamente adiado.

Dada a realidade da pesca, julgamos que há diversas necessidades permanentes das quais destacamos:

- Necessidade clara de renovação de mão-de-obra e frota de pesca;
- Mais e melhor investimento na formação profissional;
- Criação de condições económicas e sociais que permitam a fixação de jovens no setor;
- Reparação, reestruturação e manutenção de estruturas de apoio (desassoreamento);
- Aumento da capacidade de produção;
- Necessidade de estabelecer relações equilibradas no mercado de produtos da pesca - cerne de toda a problemática.

Face a isto, e indo concretamente ao encontro da temática que aqui nos trouxe – **O papel da Mútua no apoio ao setor das Pescas** – afirmamos que a nossa cooperativa não olha a esforços, do ponto de vista económico, financeiro, político ou social para enaltecer as virtudes e esbater as dificuldades que o setor atravessa.

Assim, todos na Mútua dos Pescadores, trabalhadores e dirigentes, de forma transversal, têm participado neste esforço coletivo de ajudar a recuperar o nosso setor de origem.

Os nossos projetos de formação são disso um bom exemplo:

- O Projeto "Salva-Vidas" com vista ao melhoramento das competências em Saúde, Higiene e Segurança no Mar, direcionado aos nossos associados que em 2014 formou mais de 100 homens do mar com certificação STCW;
- O Projeto Marleanet – criação da plataforma digital de formação e-learning – passaporte europeu de competências marítimas;
- O projeto Estrela do Mar, que deu origem à Associação Portuguesa das Mulheres da Pesca, com o objetivo de fazer jus ao papel central das mulheres nas comunidades piscatórias assim como enaltecer os seus riquíssimos saberes e experiências.

Paralelamente aos projetos, do ponto de vista político, a Mútua tem tido intervenção determinante nas diversas matérias relacionadas com a sua missão.

Desde audições com a presidência da República, nomeadamente com a assessora do Sr. Presidente para os Assuntos do Mar, no parlamento europeu, em sede da comissão das Pescas para versar sobre a pesca nas regiões periféricas da U.E., nas comissões parlamentares da Assembleia da República, onde fomos ouvidos em matérias como "a declaração de morte presumida para desaparecimentos no mar", declaração essa que a Mútua, por perceber as fragilidades das comunidades piscatórias, nunca precisou de ver lavrada para proceder às indemnizações às famílias, facto que só por si também sensibilizou, com toda a certeza, o legislador, e ainda fomos ouvidos no âmbito do ordenamento do espaço marítimo nacional.

Destacar, neste momento, a participação, entrega e envolvimento da Mútua na CPASHM, uma vez que os nossos contributos para que se legisse a favor da obrigatoriedade do uso dos coletes insufláveis para a pesca local, se traduziu em dezenas de vidas salvas. Assim como o nosso contributo para que se possa alargar este meio de proteção individual às tripulações de todas as embarcações de pesca.

Ressaltar, ainda, a estreita colaboração da Mútua no programa de melhoria das condições de trabalho a bordo de embarcações de pesca, da responsabilidade da ACT.

Pelas ações apontadas e por muitas outras não referidas, pelos muitos fóruns onde participamos, nacional e internacionalmente, a Mútua dos Pescadores constitui-se como uma verdadeira estrutura de representação e de defesa do setor piscatório nacional.

A Mútua dos Pescadores é uma seguradora que é uma associação. Uma associação que é uma cooperativa. Uma cooperativa que é de todos os seus membros. Uma cooperativa que estará sempre na primeira linha da defesa dos interesses dos seus cooperadores, do setor piscatório nacional e dos superiores interesses do país.



THE POWER OF A GLOBAL SOLUTION

www.i2s.pt

A eficiência de uma Solução
Global para o mercado
segurador.

Companhias de Seguro de Vida · Companhias de
Seguro Não Vida · Mediadores · Sociedades
Gestoras de Fundos de Pensões · Bancos · Peritos





Foto: Vanessa Amorim

AINDA A PESCA DA SARDINHA

Que futuro para milhares de pessoas dependentes deste tipo de pesca?

As brutais reduções das possibilidades de captura da “icónica” sardinha em Portugal, têm significado um “trambolhão” efetivo, na vida de milhares e milhares de pessoas dependentes deste tipo de pesca

João DeIgado

1. ALUCINAÇÕES NO DESERTO

Pelos portos do país pousam gaiotas em cima de barcos parados e quase pousam também em cima de homens quase sem movimentos, por não terem possibilidade de desenvolver a sua atividade normal – pescar sardinha. Olhos vazios, cigarros ao canto de bocas rugosas, esperam que o tempo passe. E o tempo não passa! Um tempo que não é de mar, que não é de andar atrás do mergulho das aves detetando cardumes. Um tempo, que não é de mandar largar a rede, largar a chata, contar as argolas que fazem soar o apito. Um tempo, que não é o de ver o fumo e o cheiro vindos da rede que sai pela popa, resultado da fermentação dos restos de peixe do lance do dia anterior. Um tempo, que não é de caçar a “cuba” da proa, alar a rede, ouvir o ranger das cortiças no “triplex”, secar o peixe, desenvasá-lo para as dornas, limpar as escamas da cara com o boné e rumar ao porto. É um tempo que não passa, não passa pelo menos para os pescadores que ficam em terra.

No entanto:

- Não há que ter preocupações, pois vêm lá os subsídios!

Dizem os governantes insensíveis ao que realmente se passa em casa, na vida, nos dias, nas mesas, nas cabeças de quem vive do mar e neste caso particular, da pesca da sardinha.

- Têm que se virar para o carapau, para a cavala! Insistindo na insensibilidade e no profundo desconhecimento das leis do comércio de pescado e do todo-poderoso mercado de produtos do mar. Independentemente de milhares de famílias não terem possibilidade de aceder às mais elementares refeições de peixe, ao mesmo tempo que as embarcações deixam o carapau em “paz” (e só tomando como exemplo esta espécie), por não ser rentável a sua captura, dado o preço, ou a ausência dele, praticado na primeira venda em lota.

2. VISÕES RECENTES

Recuemos ao início do problema! Para o ano de 2015 estavam destinadas cerca de 16 mil toneladas de sardinha a fim de serem capturadas em águas ibéricas. Pois bem, em Portugal depois de dividida a quota, que reserva 70% da totalidade das possibilidades de captura nas águas da península

pelas Organizações de Produtores nacionais, algumas delas esgotaram a sua parcela logo em agosto. Ou seja, o que deveria ser capturado até ao fim do ano foi esgotado em pouco mais de 4 meses de pesca efetiva, como no caso das embarcações associadas na OPCentro.

Vendo a coisa de duas perspetivas possíveis: ou a sardinha que havia no mar era mais do que o esperado e a quota rapidamente se esgotou, o que justificava um alargamento percentual das capturas de forma imediata, o que o governo PSD/CDS liminarmente recusou, ou a estratégia de gestão por parte da OP não foi a mais acertada, o que não nos parece. Ainda que possamos admitir que, por razões de lógica, seja extremamente difícil gerir o pouco...E é neste campo que devemos refletir para o futuro. Que estratégias delinear para falar a uma só voz sobre a defesa da pesca da sardinha? Dado que esta forma de divisão por OPs. nos parece que favorece mais os intentos de governantes que promovem o divisionismo e a guerrilha na classe, do que propriamente a organização e coesão, relativamente à assunção de uma estratégia comum em defesa da pesca da sardinha como um todo.

A Federação dos Sindicatos da Pesca, nesse campo, o campo da reunião de esforços, da promoção da cooperação entre diferentes entidades em defesa de objetivos comuns, é um exemplo a seguir. Pela sua ação, reuniu com partidos políticos, sensibilizando-os para aquilo que estávamos a assistir. Pela sua mão, reuniu com dez autarcas, representando dez municípios que subscreveram um documento em defesa da pesca da sardinha e da possibilidade imediata de aumento das capturas sem que houvesse risco de desequilibrar o stock em recuperação, pois, as notícias que vinham do mar (e continuam a vir) era que, havia sardinha para apanhar...e se naquela altura levava bom preço!...

Ainda que se reconheça que atualmente estamos longe de ter a possibilidade de capturar as 90 mil toneladas de 2010, nem tão pouco as 46 mil de 2013, temos a clara noção que os valores impostos já em 2015 não foram suficientes para viabilizar economicamente a atividade e a realidade mostra-nos que é possível um aumento de quota para 2016.

O parecer do ICES (Conselho Internacional para a Exploração dos Mares), indo ao encontro dos intentos de Bruxelas, ou melhor, ultrapassando para pior, os intentos de Bruxelas, alarma a comunidade com totais admissíveis de captura em águas Ibéricas para 2016 na ordem das 1587 toneladas. Cerca de 10% relativamente às possibilidades de captura do ano anterior. Se este ano as capturas já ficaram aquém das necessidades o que dizer destes números? Assentes com base em que pressupostos?

Sabemos que verbas significativas, cerca de 149.371,28 euros, foram em parte, e serão na sua totalidade, brevemente devolvidas à U.E. por parte do governo PSD/CDS, por ineficácia e incapacidade de execução dos programas de recolha de dados sobre o estado real dos recursos pesqueiros em águas nacionais. Logo, a investigação que devia ser feita não o foi, então como pode o ICES concluir e apontar esta redução abrupta?

Sem o investimento público ou o financiamento ao abrigo de programas internacionais, os institutos e centros de investigação veem-se a braços com uma tal falta de meios que se torna impossível aferir o que realmente se passa, em particular com a sardinha. Só uma investigação com meios, feita de forma continuada no tempo, partilhada com os diversos parceiros e, em particular, como representantes do setor, dentro de um quadro de comunicação contínua e transparência na informação dada, tem condições de indicar e sugerir aos responsáveis políticos planos de gestão realistas e consequentes.

3. EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO

Se, por ventura, pudermos comparar o incomparável, como o plano de recuperação do bacalhau na Terra Nova e Labrador, mais propriamente no canal Bonavista, em que uma equipa se debruça sobre esta realidade e com os meios necessários há já 25 anos, poderemos verificar toda a diferença entre a nossa questão nacional e esta, do ponto de vista do investimento na comunidade científica e consequente investigação. Depois de se detetar uma redução drástica da biomassa do bacalhau que passou de 450.000 toneladas em 1990 para 2.000 toneladas em 1994, facilmente se concluiu a necessidade de intervir de forma sustentada e articulada com a comunidade piscatória local, reduzindo ao máximo a captura naquela região. A partir de 2003 já se assistiram a significativas melhorias e em 2014 a biomassa já apresentava registos de 238.000 toneladas, ainda assim, a pesca nesta zona específica do Canadá, só será permitida depois da biomassa atingir as 650.000 toneladas. Importa ainda perceber, neste exemplo, a forma como foram compensadas as empresas e profissionais deste tipo de pesca para poderem estar décadas sem capturar bacalhau. Que acompanhamento social e económico tiveram ao longo destes anos?

Que medidas de acompanhamento adotaram para responder aos problemas decorrentes desta interdição a longo prazo?

Que estratégia de comunicação adotaram as entidades oficiais para transmitir de forma clara e transparente, aos principais interessados, o cenário que tinham em mãos?

4. REGRESSO AO FUTURO

Temos de facto de atender às nossas necessidades, realidades e possibilidades de defender um setor emblemático da pesca



Lata de conserva da sardinha de Peniche, editada pela Câmara Municipal



portuguesa, reconhecendo que nem tudo se resolve só com ciência e co-gestão, pois a aleatoriedade dos processos haliêuticos determinam, em boa parte, o que se vai passando com o desenvolvimento das espécies.

No contexto nacional, estamos a falar de cerca de 150 embarcações, com médias de 17 homens cada, o que dará cerca de 2500 postos de trabalho diretos. Se considerarmos que o agregado familiar é em média de 4 pessoas, temos 10.000 pessoas diretamente afetadas por estas medidas. Se considerarmos que em determinadas situações, o rendimento familiar provem do homem que trabalha no mar e da mulher que trabalha na indústria conserveira, a qual também poderá ser afetada pela escassez de matéria-prima, o caso então ainda mais se complica.

Segundo a ANICP (Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe), que representa cerca de 20 unidades de produção em todo o país, era normal importar apenas 20 a 30% das suas necessidades em termos matéria-prima, sendo que atualmente, importa cerca de 60%. Marrocos, de onde provêm cerca de 70% das importações, conjuntamente com

França e Espanha (Cantábria) são os países que atualmente abastecem a maior parte das necessidades das conserveiras nacionais, o que nos faz desconfiar, da forma, como é que estes países continuam a sua produção sem grandes percalços e Portugal está mergulhado neste espartilho!

Ainda no plano do impacto económico, se juntarmos a tudo isto a restauração que se vê privada de comercializar um produto francamente apreciado, a comercialização de pescado que não tem a sardinha para vender e dessa forma obter os seus proveitos normais, todos os fornecedores de bens e serviços das comunidades ribeirinhas que se sentirão afetados pela incapacidade de consumo por via da descapitalização das famílias, causada por esta imobilização temporária, o cenário pode ter um impacto que provavelmente muitos nem ainda tinham pensado ser possível.

A realidade é muito mais pesada do que aquilo que parece! Se, dentro de uma lógica meramente capitalista de índole neoliberal, estas estruturas afetadas direta e indiretamente pela paragem da sardinha, optarem por ajustes à custa dos seus trabalhadores para fazer face à redução de receitas, será difícil prever os estragos causados por esta opção.

Importa ainda um esclarecimento e a reposição da verdade, que deve ser a pedra de toque das pessoas e estruturas que se querem responsáveis, ainda para mais, na esfera da gestão dos interesses públicos, e porque não é uma questão de menor importância, que são os valores dos apoios dados aos profissionais ao abrigo desta paragem temporária. É fundamental esclarecer que foi proferido pela ministra Assunção Cristas que a União Europeia tinha determinado limites para os valores a compensar os profissionais afetados e que se estabeleciam nos 20, 24 e 27 euros para pescadores, mestres e oficiais, respetivamente. Depois de esta questão ser levada ao confronto dos responsáveis em Bruxelas, por parte de um grupo parlamentar português (PCP), ficou claro na resposta dada, que essa matéria compete aos estados membros em conformidade com a legislação nacional em vigor. Portanto, se os valores foram estes, só se devem às opções do governo PSD/CDS.

Para além dos valores monetários dados ao abrigo das medidas de compensação, que outros planos de apoio foram desenhados pelo governo? De que forma rentabilizar o tempo de paragem destes pescadores, por exemplo melhorando, entre outras matérias, as suas competências em segurança no mar? De que forma humanizar estes interregnos impostos a atividades sujeitas a um stress contínuo? Como acautelar questões do ponto de vista psíquico, decorrentes desta paragem e que se abatem sobre os seus profissionais? Como é óbvio, a insensibilidade social, aliada a um desconhecimento das dinâmicas profissionais e das realidades concretas do terreno, só podem "desaguar" em opções políticas erróneas, desajustadas e inertes.

5. QUE FAZER?

Por tudo o que significa do ponto de vista socioeconómico e cultural, todos nós nos devemos levantar em defesa da pesca da sardinha e da pesca nacional no seu todo.

Será possível uma nova realidade que conjugue os interesses públicos, privados e do 3º setor, construindo e gerindo de forma partilhada aquilo que será o futuro das pescas nacionais. Os objetivos terão que ser, forçosamente, o equilíbrio nos rendimentos de quem trabalha e das empresas de pesca, tornando dessa forma o setor atrativo para novos investimentos e com capacidade de atrair e fixar jovens na atividade. Esta será a alavanca que acionará um processo de alterações profundas no setor que o transformarão naquilo que o país precisa – um setor das pescas com futuro!

A Guerra das Espoletas

André Amador

Nas várias lutas de pescadores por todo o país, contra o Estado Novo, a História também regista várias acções no centro piscatório de Peniche. A revolta popular de 1935 marcou gerações e gerações, e ficou na história marítimo-social da vila de Peniche.

Fez no passado dia 13 de Novembro 80 anos do levantamento popular contra a prisão da maior parte dos mestres que ficou conhecido como "Guerra das Espoletas" em Peniche.

Devido à censura na época, é sobretudo na imprensa clandestina que aparece a notícia e o relato escrito. Terá de se esperar pelo 25 de Abril de 1974, para que esta revolta possa ser conhecida fora do âmbito da História oral.

O que levou à revolta foi o julgamento e a condenação dos quase 60 mestres de traineiras, que se dedicavam à pesca da sardinha, com recurso a espoletas (explosivo usado para atordoar o peixe, permitindo a sua captura). A condenação consistiu em pesadas multas e na apreensão dos barcos para os proprietários e pena de prisão para os mestres das embarcações durante vários meses, o que levava, na prática, à paralisação da frota.

Na noite de dia 12 de Novembro deram-se os primeiros sinais do protesto na ribeira, com enfrentamentos entre os poucos barcos que regressaram do mar e os que estavam impossibilitados, pela prisão dos mestres das embarcações. No dia 13 de Novembro de 1935, os mestres condenados iriam ser transportados para Caldas da Rainha, para começarem a cumprir a pena de prisão decretada. As traineiras apreendidas representavam a grande maioria da frota, o que levava a que a grande parte da classe piscatória ficasse no desemprego sem meios de subsistência durante vários meses, a fome e miséria era um futuro sombrio que se adivinhava. Por volta das 10 da manhã, no centro, com a concentração dos mestres para serem transferidos, a população, alertada para o facto, sai à rua em massa para impedir a transferência, a revolta estalou os sinos tocaram a rebate. As pessoas invadem os autocarros e não permitem a saída dos mesmos. A população em massa desloca-se para os "Portões" em Peniche (saída na altura de Peniche) e aí começa a fazer uma barricada para impedir a saída das camionetas. Uma embarcação é carregada para o local como se fosse um barco de papel pela multidão. Se a revolta é dos pescadores e das suas famílias, rapidamente alastrou a outras camadas da população, e em prova de solidariedade o comércio fecha, assim como as escolas. A fábrica de conservas é assaltada e fecha depois dos operários serem alertados para o que se estava a passar, faltava cortar as linhas de comunicação, pelo temor da intervenção policial da repressão que pudesse vir de Lisboa.



Peniche - Anos 30



Francisco Sousa - Pescador assassinado

As primeiras forças repressivas a chegar são a GNR, vinda de Caldas da Rainha, de Lisboa e Leiria chegarão a PSP e a PVDE, mas nessa altura já a vila estava sob controlo da GNR.

Com a GNR a tentar reparar os fios de comunicação, a população insurge-se e face a isto o tom sobe, então a GNR mete-se em posição intimidatória face à resistência, acaba por disparar fazendo 1 morto e dois feridos. Na versão oficial houve a acusação de que teria havido tiros de

pistola. A Repressão consegue dominar a vila, a estrada é desimpedida nos "Portões", o recolher obrigatório é imposto. A PSP chega para reforçar a repressão mas face às ruas desertas no dia 14 regressa aos seus aquartelamentos, e é levantado o estado de sítio. A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado começa a fazer as averiguações e interrogatórios. Face ao crime sucedido, a resistência ao regime fascista não fica parada, o PCP faz difundir uma carta aberta à população de Peniche, incitando à continuação da resistência. As forças do regime, temendo as consequências, procuraram amenizar a situação pelo que no dia 22 de Novembro são amnistiados os mestres e soltos imediatamente. Aos proprietários é permitida o pagamento da multa de forma faseada. No dia 15 de Dezembro com a presença de altas figuras do Estado Novo começa a obra para fazer um molhe de proteção junto à fortaleza, que há anos era reivindicada.

De notar que alguns membros da oposição clandestina antifascista de Peniche, membros e simpatizantes do PCP, são detidos passado um ano, em Dezembro de 1936, na sequência da sua suposta ligação a esta revolta.

Apesar da repressão, os pescadores, sobretudo, levantaram-se em greves e paralisações contra o Estado Novo até ao seu fim. De notar que estavam em Greve (ou paralisação do trabalho), os pescadores da pesca do cerco, na madrugada que trouxe a liberdade e democracia a Portugal.

Mértola 2015 Ceará 2016

Maria do Céu Baptista
Consultora Cultural da Mútua dos Pescadores



Realizou-se em Mértola, entre os dias 5 e 8 de Outubro o V Encontro da Rede BRASPOR. Este ano a Mútua dos Pescadores, criada em 1942, hoje uma cooperativa alargada de utentes de seguros não-vida, co-patrocinou o encontro e contribuiu ainda para o evento com a cedência da exposição que resultou do projecto CCC e uma apresentação transversal de projectos que a Mútua dos Pescadores tem levado a cabo desde 1998 com espírito local e internacional e com a extrema preocupação de criar pontos de interesse e ancoragem que fomentem a cooperação de quem vive e trabalha nas comunidades costeiras. A rede BRASPOR, que em 2011 se definiu como *uma rede informal, aberta, de geometria variável, visa fomentar a cooperação e a divulgação entre investigadores de várias áreas do saber, que se dedicam ao estudo dos sistemas costeiros e criar novas sinergias entre pesquisadores / grupos de pesquisa dedicados ao estudo dos sistemas costeiros dos dois lados do Atlântico.*

Os Encontros da Rede BRASPOR privilegiam, como temática geral, as abordagens holísticas que visem enquanto conjunto o Meio e o Homem, que o explora e modifica. Nesta V reunião o desafio era a reflexão **Entre Rios e Mares: um Património de Ambientes, História e Saberes**. O Campo Arqueológico de Mértola recebeu a reunião aberta dos membros da rede, muito participada, finda a qual se realizou a apresentação dos projectos Mútua, e cedeu espaço para que a exposição CCC terminado o encontro pudesse ficar disponível ao público. A edição especial da revista MARÉS dedicada aos conteúdos do projecto foi distribuída aos participantes do Encontro e deixada no Campo Arqueológico para difusão junto de professores e interessados. As comunicações foram apresentadas dias 6 e 7 em formato simpósio.

Seria impossível referir neste espaço a totalidade dos trabalhos apresentados quer em comunicações orais quer em formato poster. Informação detalhada pode ser encontrada no site da rede <http://www.redebrasp.org/> onde se anunciará a publicação dos trabalhos científicos. Deixarei aqui as palavras chave (nas línguas em que os autores as disponibilizaram) por me

parecer serem indicativas das preocupações que abarcam e permitirem googlar pesquisas:

- Geologia, Arqueologia, Quaternário, registro geológico
- Erosão costeira, percepção ambiental, abordagem cognitiva
 - Capital social, empoderamento, região cacauzeira, associações de pescadores
- Conservação marinha, efeitos ecológicos da proteção, SW Portugal
 - Artes da pesca; património; paisagem cultural; musealização; conhecimento tácito; conhecimento explícito
- História Ambiental, sistemas lagunares, interação Ser humano-Natureza em zonas costeiras, Recursos marinhos
 - Unidades de Conservação, Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha (PEMAV), turismo, serviços ambientais, desenvolvimento sustentável
 - Aterros, portos, crescimento urbano
- Mapeamento e planeamento, Costa do Algarve, Interações
 - Ser Humano-Ambiente, Recursos marinhos
 - Populações tradicionais, babaçu, INRC, indicações geográficas
- Mapeamento e planeamento, Costa do Algarve, Interações Ser Humano – Ambiente, Recursos marinhos
 - Lagoa Manguaba, Marechal Deodoro, Pesca artesanal
 - Estuários, Semiáridez, Impactos Ambientais
 - Holocénico, nível do mar, registo de transgressão
 - Estuário do Tejo, pesca de bivalves, gestão e regulamentação
 - Círculo de bananeiras, tanque de evapotranspiração, saneamento básico, ecologia aplicada
 - Mata Atlântica, conservação, valores, a ferro e fogo, desenvolvimento
- Metalimnion, estratificação, cunha salina, barras efémeras
- Reserva Ecológica, História, Antropologia, Cooperação Sociedade-Universidade
 - Pandion haliaetus, guincho, toponímia, migrações transatlânticas, cana-de-açúcar, Portugal, Macaronésia, Caraíbas
 - Sedimentação, erosão, batimetria
 - Dunas, Brasil, Europa, Portugal, Riscos, Soluções
 - Ecossistemas marinhos, Picãozinho, Gerenciamento costeiro, Impacto ambiental
- Biorremediação, saneamento básico, tratamento terciário, perifiton

- Biorremediação, perifiton, ecologia aplicada
- Relação ecossistemas fluviais - ecossistemas costeiros, integridade ecológica, monitorização ambiental
 - Demografia humana, século XX, gestão costeira, conservação da biodiversidade.
 - Small estuaries, anthropogenic impacts, vulnerability assessment
- Salinas tradicionais, salicultura, multifuncionalidade, multirecursos
 - Recursos naturais, flora, fauna, navegação
 - SMC Brasil, fotografias aéreas, aporte fluvial
- Condicionalismo natural, Condicionalismo humano, comunidades litorâneas
- Arquitetura de terra, Taquaruçu, alvenaria de adobe
 - Taquaruçu, arquitetura vernacular, paisagem
 - Adobe, Terra, Rota das cachoeiras, Ecoturismo, Especulação Imobiliária
- Groundwater Dependent Ecosystem, Numerical Flow Model, Groundwater Abstraction, Eco-hydrogeological model
- Ruditapes philippinarum, pesca, distribuição espacial, Variação temporal, bivalves
 - Sistemas salobros, marisqueio, gestão costeira, recursos biológicos
 - Guadiana, estuarine sediments, geochemistry

Optámos por destacar três comunicações que mereceram atenção, por razões que vão da oportunidade do tema à relevância da abordagem e por fim ao questionamento crítico e filosófico que desafia o modo funcional da nossa relação com os recursos: a apresentada por **João Ramajal**, biólogo em nome de uma equipa sob orientação de diversos centros e universidades [CRIA-FCSH e Centro de Ciências do Mar e do Ambiente ambos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), Portugal e Centro de Ciências do Mar (CCMAR), Universidade do Algarve] dedicado ao tema: *Ameijoia-japonesa, uma nova realidade no rio Tejo. Restruturação da pesca e pressão social versus impacto ambiental*; a de **José Wellington**, em nome de um grupo de trabalho que inclui elementos da CCET, MAG, Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA; CCET, Engenharia Civil-UVA e CIMA - Universidade do Algarve e cujo enfoque permitiu ver como a temática da *Percepção social das questões que envolvem a erosão costeira podem ser socializadas através de um trabalho de terreno muito preciso*. E a do também brasileiro **Rodrigo Muniz** que se insere num trabalho que está a ser acompanhado pelo Centro de Ecologia, Evolução e Mudanças Ambientais da Universidade de Lisboa sobre a Mata Atlântica

no Brasil e que toca um lugar especial em cada um de nós, que está para além da economia e dos recursos naturais.

A apresentação de João Ramajal recorda-nos a participação no projecto GEPETO, realizado na ria de Aveiro e que foi apresentado na comunicação da Mútua dos Pescadores aos membros da rede. Neste projecto a Mútua dos Pescadores colaborou com um outro europeu em curso dando a ver uma engrenagem complexa que leva ao envolvimento de todos os actores das diversas fases do processo - desde a apanha até à comercialização passando pela fiscalização do território e pelo transporte da mercadoria em estrada - em actos contra a economia e a sustentabilidade dos recursos a curto e médio prazo, sem que a complexa legislação existente, onde uma visão clara da gestão do território está ausente, possa ajudar a resolver o problema. João Ramajal alerta na sua comunicação e cito do resumo: **“Os resultados obtidos indicam que ocorreu uma transferência da comunidade piscatória que se dedicava à amêijoia-macha para a captura da amêijoia-japonesa. O número de apanhadores foi ainda incrementado por novos apanhadores não licenciados, devido ao fácil acesso às áreas de apanha e à conjectura económica actual em Portugal. Apesar da maioria dos apanhadores usar técnicas de apanha a pé e ferramentas simples, o volume mais significativo das apanhas resulta do uso de técnicas ilegais, como a ganchorra e o mergulho com escafandro. A maioria das capturas tem como destino Espanha, por canais maioritariamente ilegais, sendo os grandes benefícios económicos deslocados para aquele país. A elevada importância socioeconómica direta desta pesca são largamente reconhecidos, requerendo a adoção de medidas de gestão e regulamentação adequada da pesca deste bivalve.”**

José Wellington em Percepção social das questões que envolvem a erosão costeira da Praia do Icarai- CE, Brasil apresentou de modo muito eficiente as metodologias pluri-disciplinares que estão a ser usadas para recolher informação quantitativa de modo muito integrado e diria - aí a novidade - com a mesma riqueza e flexibilidade que vemos muitas vezes só na pesquisa qualitativa. A entrevista é explorada e também o inquérito socioeconómico mas o modo transversal, profundo, flexível e polifacetado como as diversas questões são abordadas podem transformar este trabalho num instrumento de intervenção de “fora para dentro” que tanta falta faz em Portugal:

Os problemas de erosão costeira causam elevados prejuízos, especialmente, em frentes marinhas densamente urbanizadas, gerando conflitualidades entre decisões políticas, anseios sociais e conservação ambiental.



Rabo de Peixe - Redeiras de Peniche demonstram a sua arte (projeto CCC)



Caminha - Analizando um velho barco que vai ser copiado (projeto CCC)

Neste estudo, adotou-se uma abordagem que destaca a percepção e cognição da relação ambiente-comportamento, o que permite investigar as relações entre as características físico-espaciais da paisagem costeira e o comportamento da população afetada. A percepção é a interação entre espaço e indivíduo por meio de informações sensoriais, enquanto a cognição é o resultado do processamento da informação a partir da experiência cotidiana, sendo armazenada em forma de memória, reconhecimento e pensamento.

Rodrigo Muniz vem colocar o dedo numa ferida aberta – o modo como vamos aniquilando a diversidade biológica e como, ao fazer depender a sua conservação do interesse económico, lhe marcamos o destino... Fala da Mata Atlântica brasileira mas o modo como fala faz-nos reflectir sobre como vamos desconsiderando o mundo natural. Warren Dean em *A Ferro e Fogo e a devastação da Mata Atlântica*, de Warren Dean [São Paulo: Cia. Das Letras, 2007 [1995] é a obra que o inspira. Ouçamos o investigador para quem a mata pulsa nos genes: “...os mecanismos e instrumentos políticos para a conservação marcam suas 'convenientes' alianças com o assim chamado desenvolvimento. No entanto, a estratégia continua a mesma. A natureza passa a ser preconizada enquanto 'capital natural' e 'provedora de serviços'. Como se não bastasse sua destruição materialmente acumulada em capital, também sua conservação paulatinamente condiciona-se ao desenvolvimentismo.



Encontro da Rede Braspor

Da mesma moeda que acumulou a destruição da Mata Atlântica, a outra face poderá cumprir a missão designada de conservá-la? Será ainda possível a conservação pautada em uma concepção filosófica profunda acerca do mundo natural?”

Uma boa pergunta vale mais que mil respostas.

À rede e a todos os investigadores a Mútua deseja bons e continuados trabalhos. E que a próxima reunião no CEARÁ em 2016 traga bons exemplos que possam ser ampliados em 2017, em Sesimbra, que acolherá a VII reunião da rede.



Painéis da Exposição CCC cedida para o evento

Todos a bordo... até ao Algarve

Foi intenso o trabalho preparatório das Jornadas e do IX Encontro do Grupo Mútua "O Desafio do Associativismo na Economia do Mar", que este ano se realizaram em Alte e Quarteira, nos dias 6 e 7 de novembro. Mas, valeu a pena pela participação atenta das pessoas que integraram os Grupos de Trabalho e pelas suas conclusões, que irão nortear a atividade da Mútua dos Pescadores e da Ponto Seguro, no curto, médio e longo prazo.

A tranquilidade da Serra do Caldeirão e a frescura de Quarteira, aliados aos dias de sol do verão de São Martinho, ajudaram à reflexão e ao reencontro animado entre trabalhadores, dirigentes, colaboradores e parceiros, que em muitos casos apenas se podem encontrar fisicamente nesta altura do ano, nas Jornadas.

As Jornadas e o Encontro representam, para o coletivo de pessoas que integram a Mútua dos Pescadores e a Ponto Seguro, a oportunidade de discutir ideias, apresentar propostas, analisar resultados, projetar o futuro, partilhar ideias com organizações parceiras, conviver, em conjunto, em cooperação. É uma organização de todos, para todos, e todos são mais fortes do que um.

"(...) Eu sei a vossa língua, água das fontes...
Podeis falar comigo, águas do mar..
E ouço à tarde, os longínquos horizontes,
Chorar uma saudade singular (...)"

Soneto de Francisco Xavier Cândido Guerreiro. Nasceu em Alte, no dia 3 de Dezembro de 1871. in "Sonetos e outros Poemas", Lisboa, 1972

Jornadas 2015

Foi nos dias 6 e 7 de novembro, primeiro em grupos de trabalho, no agradável Hotel Alte, depois em plenário, no excelente espaço do Centro Autárquico de Quarteira, e sob o repto "Desafios do Futuro", que o Grupo Mútua realizou as suas tradicionais jornadas anuais

Formaram-se previamente três grupos de trabalho, que tinham por objetivo refletir acerca dos caminhos a trilhar nas áreas mais decisivas para a consolidação e desenvolvimento do Grupo, constituído pela Mútua dos Pescadores e Ponto Seguro. As equipas revelaram, como é hábito, uma dinâmica fortíssima, que se traduziu num leque muito alargado e diversificado de intervenções que, após profunda análise e discussão em ambiente fraternal, resultaram em propostas, que de forma sintética, foram apresentadas na sessão plenária e que aqui reproduzimos, naquilo que verdadeiramente nos parece interessar aos leitores da "Marés":

Desafio Associativo

Identifica-se um défice associativo, que infelizmente é transversal a toda a sociedade portuguesa, mas que deve merecer uma atenção especial, sob o risco de poder enfraquecer as características diferenciadoras da organização. Nesse sentido, o Grupo tem de enfrentar a situação com as medidas adequadas, que passam por aspetos estatutários e de governação, administrativos, de sensibilização e formação, de imagem e comunicação, de valores e benefícios cooperativos, de maior aproximação às comunidades e de aprofundamento da colaboração com o setor cooperativo e social. Pelos impactos na vida da cooperativa, mereceram particular



atenção os diplomas recentes que instituem o novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora e o novo Código Cooperativo.

IX Encontro do Grupo Mútua

Desafio de Gestão

O novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora e a projetada diretiva comunitária para distribuição de seguros, constituíram os elementos catalisadores dos trabalhos neste grupo.

E nessa base foram avaliadas as obrigações acrescidas para o setor, mas também as oportunidades que sugerem aos seus protagonistas.

Desde logo, na componente humana, interna e externa, mais exigente na qualificação e formação; depois, nas ferramentas de trabalho, cada vez mais indispensáveis.

Também na especialização, dispersão, seleção, subscrição, e monitorização de ramos, carteiras, riscos e sinistralidade, progressivamente mais refinados.

Finalmente, nos circuitos de informação, que devem explicitar ainda mais claramente regras e orientações técnicas e comerciais, sem prejuízo da maleabilidade suficiente para os ajustamentos que se revelarem necessários.

Desafio Económico

Neste grupo, considerou-se que a formação dirigida, a potenciação do marketing e comunicação na atividade comercial e a eficácia na ação, constituem pressupostos muito importantes a um bom desempenho.

E elegeram-se três objetivos fundamentais e indissociáveis para a sua concretização:

- Segurar carteira

Que parte da identificação dos alvos, passa pelo preço, sem esquecer o controlo, até à qualidade do serviço como elemento diferenciador.



- Exploração equilibrada

Tendo por base a análise e seleção de parceiros, mercados, produtos e riscos, apoiados em adequada informação e apoios tecnológicos.

- Aumentar receitas

Trabalhando a oportunidade com ambição e realismo, o aumento das receitas passa muito pela identificação dos alvos onde se vislumbra uma exploração equilibrada, mormente nos vetores onde somos líderes e/ou temos interlocutores, desenvolvendo as propostas mais ajustadas às diferentes necessidades.

IX Encontro Nacional do Grupo Mútua

No seguimento das Jornadas anteriormente referidas, decorreu no dia 7 de novembro, no Centro Autárquico de Quarteira, o IX Encontro Nacional do Grupo Mútua. Este Encontro, à semelhança dos anteriores, teve como objetivo alargar a discussão sobre assuntos que nos são especialmente gratos e que consideramos de importância debater

Hoje em dia o mar constitui-se em si mesmo como um tema, proliferando-se discursos que exaltam as suas potencialidades, sobretudo económicas. Quando falamos do Algarve, fruto da sua localização geográfica e do seu percurso histórico e cultural, falar do mar torna-se (quase) inevitável e a Mútua dos Pescadores elegendo esta região para a realização do seu IX Encontro Nacional não podia, também, contornar a essa imensidão azul. Assim, o Encontro teve como tema **"O desafio do associativismo na economia do mar"**, porque a Mútua dos Pescadores além de ser um segurador especializado no mar é, ao mesmo tempo, um segurador que também é uma cooperativa.

Com este Encontro procurámos debater e refletir em conjunto sobre os desafios que o associativismo enfrenta neste setor e quais as suas vantagens, desvantagens e perspetivas de futuro pelo que foi com esta guisa que convidámos diferentes entidades ligadas às temáticas. Das entidades lo-



cais tivemos o prazer de ter o contributo da Olhãopesca, da plataforma Maralagarve e da Varzeamar. Relacionado mais diretamente com o associativismo e com a Economia Social, esteve presente o presidente da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

A abertura do Encontro esteve a cargo do Coro Mútua que brindou os convidados com um conjunto de músicas tradicionais portuguesas. A dirigir a mesa esteve o nosso Presidente da Direção, José António Amador, que deu as boas-vindas aos presentes e reforçou a importância deste tema no contexto não só regional como nacional. Ainda contámos com as boas-vindas do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Dr. Vitor Aleixo, que aludiu ao passado do edifício onde nos encontrávamos, evocando o seu simbolismo: "Por aqui passaram gerações e gerações de pescadores quarteirenses" – disse, informando que as instalações onde é hoje o Centro Autárquico albergaram durante muito tempo uma Casa de Pescadores! Não poderia, pois, haver melhor local para este debate e, assim, estava dado o mote. Além disso, o presidente da Câmara Municipal de Loulé exaltou o espírito associativo dos pescadores de Quarteira, demonstrando como o associativismo na pesca era basilar defendendo que ainda hoje tem imensa importância. Terminou a sua intervenção expressando o desejo de ver o associativismo revigorar não só na pesca mas nas demais áreas de forma a promover a "ajuda mútua e a solidariedade".

Dadas as experiências profissionais e associativas dos diferentes convidados, este debate permitiu uma loquaz e diversificada discussão sobre o tema que lhe deu o rumo. Não é possível, pois, fazer jus aos ricos contributos dos diferentes convidados, mas iremos de forma sumária explorar um pouco as temáticas que cada um nos trouxe.

A Maralagarve foi-nos apresentada por João Vargues que, após uma contextualização das diferentes áreas ligadas ao mar no Algarve, nos deu a conhecer esta plataforma inovadora que tem como objetivo contribuir para a valorização, dinamização e projeção das atividades, produtos e serviços associados ao mar no Algarve através da concertação de interesses entre as diferentes associações que a compõem. Sendo assim, João Vargues expôs um conjunto de desafios que enfrentam as empresas e os organismos públicos relacionados com o mar no Algarve chegando à conclusão que a cooperação entre as entidades é a melhor forma de enfrentar desafios, defender cadeiras de interesses e fileiras, detetar necessidades e oportunidades e promover uma maior colaboração e coresponsabilização a nível institucional.



Por seu turno, Miguel Cardoso, da Olhãopesca, uma organização de produtores de pesca, fez representar a temática da pesca neste debate, avançando com a ideia de que a pesca profissional é um pilar na economia do mar. Miguel Cardoso defendeu que os desafios do associativismo no setor relacionam-se estreitamente com os problemas de fundo que a pesca enfrenta. Enunciou o já conhecido desajustamento das políticas e leis nacionais e comunitárias, argumentando que "quem legisla não conhece" e, como tal, as leis não se adaptam às especificidades do setor fazendo com que a pesca enfrente desafios que se relacionam com a excessiva burocratização, com o sistema de formação dos marítimos e com a preservação sustentável dos recursos, entre outros. Na sequência de ideias, declarou que o setor da pesca não é ouvido e mesmo quando o é, não é compreendido pelo que considera que os pescadores e armadores em conjunto, unidos em associações, têm o desafio de defender o setor de forma igualitária, encontrando equilíbrios na exploração de recursos.

Contámos, também, com um contributo de Bruno Mendes da Varzeamar que trouxe a atividade marítimo-turística para o debate. Bruno Mendes identificou os atuais problemas da marítimo-turística em Portugal dos quais destacamos a necessidade de profissionalização do setor, a legislação desadequada à realidade, e as múltiplas entidades reguladoras, rematando que uma das formas de ultrapassá-los passaria pelo associativismo. Tendo em conta que a realidade de marítimo-turística em Portugal e nomeadamente no Algarve é composta por micro e pequenas empresas, o associativismo, segundo o nosso convidado, permite ultrapassar estas barreiras de dimensão assim como permite chegar diretamente aos mercados, garantindo maior poder negocial com os operadores turísticos.

Rematando as intervenções dos convidados, Eduardo Graça, presidente da CASES, a partir da sua vasta experiência no setor cooperativo, abordou o tema da Economia Social, fazendo uma breve resenha histórica e elucidando a sua importância nas sociedades. Evocou a Constituição da República Portuguesa, nomeadamente o artigo 82º, que discrimina os três tipos de propriedade dos meios de produção dos quais o setor cooperativo e social faz parte, de modo a demonstrar o enquadramento legal do setor, relembrando que Portugal se distingue por consagrar na constituição esta forma de propriedade ao contrário de outros países. Assim, reforça a importância do peso efetivo do setor cooperativo e social quer em termos económicos, no PIB, quer em termos sociais, pelo número de pessoas que envolve. A sua intervenção exaltou, ainda, os valores do associativismo: a autonomia, a ajuda mútua e a democracia, defendendo as formas coletivas de organização porque permitem uma melhor resolução dos problemas comuns.

O Encontro Nacional do Grupo Mútua pretende ser um momento de reflexão, debate e partilha de ideias e há que fazer um balanço dos diferentes contributos: a linha comum aos diferentes comunicadores foi clara, o movimento associativo além de tornar a sociedade mais participativa e democrática e promover a cooperação entre os membros, permite que ganhem mais visibilidade, dimensão, força e estrutura na defesa dos interesses comuns. A Mútua dos Pescadores tem um apreço especial por estas formas coletivas de organização – caso contrário não seríamos nós uma cooperativa! – uma vez que incentivam valores de partilha, troca e solidariedade. O encerramento da sessão esteve a cargo da direção da Mútua pelo que reproduzimos nas próximas páginas o texto lido pelo do Diretor João Delgado.

O desafio do associativismo na Economia do Mar

Intervenção da direção da Mútua dos Pescadores no IX Encontro Nacional do Grupo Mútua
João Delgado

Hoje, neste encontro, com o enfoque no tema "O desafio do associativismo na Economia do Mar", abrimos mais uma vertente daquilo que são os desideratos deste nosso grupo cooperativo – refletir conjuntamente, com as mais variadas organizações, no sentido de nos enriquecermos mutuamente, com a partilha dos nossos conhecimentos, experiências, abordagens várias e os diferentes ângulos de visão e, dessa forma, traçarmos também de forma coletiva com as estruturas presentes, um futuro mais equilibrado para todos.

Parafraseando um grande entusiasta do movimento associativo – Branquinho da Fonseca:

"A posse é um declínio/ Mais vale dois pássaros a voar que um na mão".

Neste sentido, é na partilha que assentam os mais elementares valores do associativismo. Na partilha de conhecimento, na partilha de informação, na forma como estamos predispostos a abdicar do pensamento hegemónico vigente, de concentração de capital, de construção de monopólios, de possibilidades de acesso, por exemplo, à formação, à fruição da cultura, do desporto, ou às mais variadas formas de nos organizarmos melhor para responder às necessidades sentidas por todos.

Se não se perceber que a base do movimento associativo não é senão, a forma como conscientemente aceitamos despir as várias camisolas que as sociedades capitalistas nos obrigam a vestir, e que nos fazem sentir que só com elas vestidas é que sobrevivemos, não estaremos a perceber o cerne de toda esta problemática.

Mas de facto, se não trilharmos um caminho alternativo, continuaremos a assistir às clivagens sociais que hoje temos como resultados do sistema: continuaremos a assistir à desproteção das franjas mais vulneráveis da sociedade, à condenação dos mais frágeis à sua condição de nascença, à concentração de meios, oportunidades e privilégios nas mãos de poucos e à pulverização do desespero e desesperança pela maior parte dos indivíduos que compõem as comunidades.

O movimento associativo, em toda a sua abrangência e nas suas múltiplas formas, enquadrado naturalmente no universo da economia social, é um exemplo concreto, antecâmaras e cenário real, de que é possível a construção de sociedades mais coesas, mais democráticas, mais participativas, mais equilibradas e mais justas.

A forma como as estruturas do movimento associativo têm suportado e respondido às crises económicas de amplitude global, e que o grupo Mútua é disso um exemplo paradigmático, indicam-nos que a economia social é uma alternativa, clara e

muito mais válida sob diversos pontos de vista, relativamente à lógica da economia dominante.

Fazendo uma clara analogia com o que se passa no mar e na dinâmica das espécies, é na forma como os pequenos pelágicos se associam e intuitivamente se agrupam, que conseguem dissuadir e descontrolar os maiores predadores. Isoladamente são, invariavelmente, presas fáceis, juntas conseguem coisas incríveis e seguir a sua trajetória normal.

Assim, e em relação aos desafios da economia do mar, esse mar eternamente adiado, a que só as estruturas e os homens do mar nunca voltaram as costas, têm que ver também no associativismo e no fortalecimento destas plataformas de liberdade, participação, solidariedade e cooperação, um veículo imprescindível para que a economia do mar se reforce em toda a sua linha, arrastando inevitavelmente para o crescimento e desenvolvimento as estruturas e as pessoas, que gravitam em torno deste ativo estratégico ímpar no contexto nacional que é o mar.

Será sempre pela organização, pela disseminação do ideal de gestão coletiva, sob uma base de forte discussão sobre as mais variadas matérias, que as organizações existentes e as que possam vir a aparecer podem defender de melhor forma os interesses de todos os membros que representam.

Falar de uma cada vez maior proeminência e reforço da capacidade da economia do mar, sem falar no fortalecimento do movimento associativo, seja nas vertentes lúdico-desportivas, marítimo-turísticas, transportes marítimos ou no nosso setor de origem – a pesca profissional – é estarmos a falar de um desenvolvimento enviesado que nunca dará os resultados que as comunidades e o país esperam e precisam.

Com base nas estruturas de gestão coletiva, os passos terão que ser forçosamente encarados com a maior das responsabilidades, uma vez que agindo dentro desta lógica de contribuição, partilha e discussão, nenhum dos desafios deverá parecer impossível de alcançar!

Para finalizar, e socorrendo-me mais uma vez a um poeta, desta vez brasileiro, Raul Seixas, fazendo, mesmo sem pedir licença aos autores, que também esta comunicação da direção da Mútua, seja um trabalho iminentemente construído de forma coletiva, e para reforçar o que anteriormente disse sobre os desafios que coletivamente devemos abraçar sem medos, dizer o seguinte, segundo Raul Seixas:

"Um sonho que se sonha só, é apenas um sonho que se sonha só, mas um sonho que se sonha em conjunto é realidade."

CONFECOOP pede fiscalização da constitucionalidade

José Luís Cabrita

No passado dia 01 de Outubro entrou em vigor a Lei nº. 119/2015, que aprova o novo Código Cooperativo, não tendo o Senhor Presidente da República acolhido o pedido de não promulgação devidamente fundamentado, apresentado pela Confecoop, considerando que as alterações consagradas de voto plural e a introdução da figura de membro investidor contraria a doutrina cooperativa e os princípios, valores e identidade que foram aprovados no Congresso de 1995 em Manchester, por ocasião do centenário da Aliança Cooperativa Internacional, ACI, que só um novo congresso poderá rever ou alterar, já que o Movimento Cooperativo é um movimento orgânico, com as suas estruturas próprias a nível nacional, regional e mundial devidamente reconhecidas pelas instâncias nacionais e pelas Nações Unidas.

Em Portugal a Constituição da República reconhece o setor cooperativo consagrando a "obediência aos princípios cooperativos" e como tal não pode a Lei desprezar os princípios cooperativos, tal com a ACI os enuncia.

O princípio da "gestão democrática pelos membros", que nas cooperativas de primeiro grau parte do reconhecimento de que "os membros têm iguais direitos de voto (um membro, um voto)", é o princípio base da igualdade, que está presente desde sempre nas cooperativas que são organizações de pessoas e não de capitais.

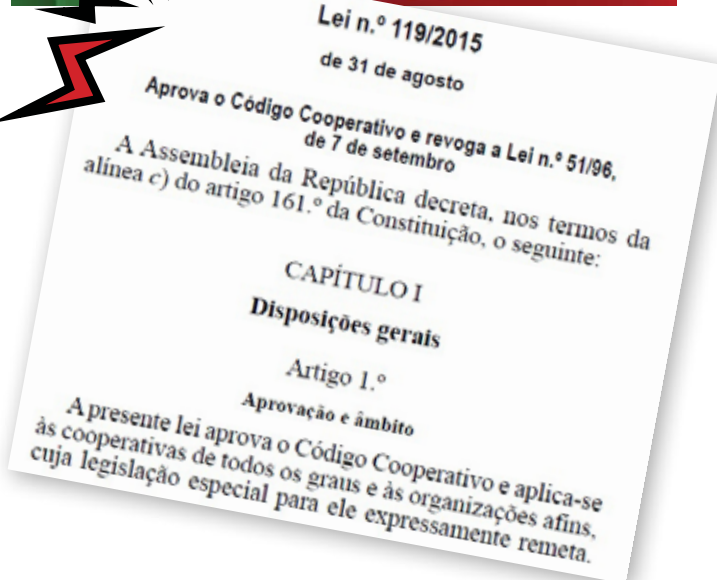
Os princípios não são eternos e podem ser atualizados, mas qualquer atualização compete à organização do Movimento Cooperativo e não a outra instância.

Este princípio mantém plena actualidade como ressalta da mensagem da ACI no Dia Internacional das Cooperativas a 04/07/2015 que fez da igualdade o tema a tratar e do voto por membro a afirmação da universalidade distintiva.

A criação do membro investidor é uma violação direta e grosseira do princípio da "autonomia e independência" que garante que "as cooperativas são organizações autónomas de entreajudada, controlada pelos seus membros". Não faz pois qualquer sentido a introdução de membros que não participam na atividade da cooperativa, os quais apenas terão uma lógica de aplicação de capital que não só lhe garante um rendimento, mas poder dentro da cooperativa. O financiamento das cooperativas já estava garantido pela possibilidade de empréstimos ou emissão de obrigações com os respetivos direitos salvaguardados.

Não tendo o Senhor Presidente da República solicitado ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva, a Confecoop endereçou-lhe, após a publicação do Código, o pedido para que apresentasse o pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade, sustentando a sua posição em pareceres emitidos pelo Senhor Professor Doutor Rui Namorado, pelo Senhor Juiz Conselheiro Jubilado Guilherme Fonseca e pelo Senhor Dr. António Bica. Igual pedido foi enviado à Senhora Procuradora Geral da República e ao Senhor Provedor de Justiça.

Subscrevemos inteiramente a posição do Professor Doutor Rui Namorado que a via consagrada na Lei: "... é, em geral, política e doutrinariamente inaceitável, à luz da teoria cooperativa.



Nomeadamente, por ser um caminho, talvez involuntário, mas seguramente equivocado, para uma banalização descaracterizadora e fragilizadora das cooperativas, conducente a um atoleiro de ambiguidades que, a prazo, poderá ser fatal."

Até 2020: como se verá a sua cooperativa?

Rogério Cação
Vice-Presidente da Confcoop

Nos dias 11, 12 e 13 de Novembro, teve lugar em Antalya, no sul da Turquia, a Conferência Mundial e sequente Assembleia Geral da ACI, Aliança Cooperativa Internacional. A Confcoop fez-se representar em ambos os eventos, tendo em conta a importância dos mesmos para o debate sobre a realidade cooperativa atual e futura, que está a acontecer um pouco por todo o mundo.

O tema central da Conferência foi perspetivar o cooperativismo tendo como base o horizonte de 2020. Nas Sessões plenárias foi dado um enfoque especial ao marketing como ferramenta de incremento do cooperativismo, tendo sido apresentada uma campanha a ser lançada a nível mundial, subordinada ao tema "E se ...". A Campanha é centrada num vídeo que apresenta a solução cooperativa como resposta a problemas das pessoas e dos contextos em que se inserem. Foi sugerido que esta ferramenta, com as devidas adequações possa ser utilizada nos diferentes países. Destaque ainda para a apresentação do Monitor Cooperativo Mundial, uma base de dados construída sob a égide da ACI e que retrata de forma objetiva a realidade do setor a nível mundial. Destaque ainda, ao nível das sessões plenárias, para as intervenções de Yochay Benkler, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard, que focou a importância da cooperação como principal ferramenta de sustentabilidade das empresas que nascem no designado setor dos "bens comuns", e de Raj Patel, catedrático da Universidade do Texas, que protagonizou uma intervenção brilhante e motivadora sobre o seu último trabalho "O Valor do Nada" ("The Value of Nothing"), muito focado nas respostas inovadoras que é preciso equacionar para responder ao problema da alimentação a nível mundial.

Quanto às sessões complementares, distribuíram-se por cinco temas fundamentais, tratados separadamente: Participação, Sustentabilidade, Identidade Cooperativa, Enquadramento Jurídico e Capital. Ao nível dos dois dias, e em sessões paralelas, apresentaram-se opiniões e experiências, reportadas a diferentes contextos e realidades:

Participação: A importância da participação inclusiva: não deixar ninguém para trás; Liderança cooperativa no futuro; Governança cooperativa: fazer frente ao futuro

Sustentabilidade: Como definir e avaliar a sustentabilidade das cooperativas; Como Implementar Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Que desafios se colocam à sustentabilidade nas diferentes regiões

Identidade Cooperativa: Valores e princípios: o centro da identidade cooperativa; Assumir uma posição de liderança a partir da identidade cooperativa; a identidade cooperativa num mundo digital

Enquadramento Jurídico: Um enquadramento jurídico favorável para as cooperativas; representação e promoção cooperativa; políticas globais e consequências locais.



Capital: Garantir fontes seguras para o capital cooperativo; das cooperativas a um comércio cooperativo; ferramentas inovadoras e fundos de capital

Foram sessões bastante participadas e onde ficou bem patente a diversidade que conforma a realidade cooperativa a nível mundial que é plasmada nas diferentes formas e modelos de organização cooperativa que são seguidos em diferentes regiões do globo.

Quanto à Assembleia Geral, que teve lugar no dia 13 de Novembro, o destaque foi para a eleição da nova presidência da ACI, em substituição de Pauline Green, que tomou a decisão de abandonar o cargo. Refira-se que Pauline Green foi alvo de uma homenagem dos cooperativistas presentes, tendo recebido o prémio Pioneiros de Rochdale, galardão da ACI que premeia o mérito na ação cooperativa.

A dirigente canadiana Monique Leroux, do grupo Desjardins, viria a ser eleita presidente, para completar os dois anos de mandato da atual direção da ACI. Foram emitidos 742 votos (cada membro da ACI tem um número diferente de votos, num mínimo de 1 e máximo de 12, em função da sua representatividade e dimensão), tendo Monique Leroux obtido 407 votos, equivalente a 55% do total, enquanto o candidato a seguir melhor colocado, Ariel Guarco, da Cooperar da Argentina, recebeu 205 votos. O candidato Jean Louis Bancel, do Crédit Coopératif de França, obteve 66 votos e o candidato brasileiro da Unimed, Eudes Aquino, 64 votos.

De resto, nota de destaque para a apresentação formal de um documento interpretativo dos princípios cooperativos, tendo ficado claro que se tratava apenas de um documento informativo e com objetivos de facilitação das abordagens e não de um documento doutrinário

Mais uma jornada cooperativa de grande intensidade donde resulta clara a força do cooperativismo a nível mundial, mas também algumas fragilidades que é preciso e urgente ter em conta.



1º Congresso Cooperativo Inter-Universitário Basco

Joaquim Pequicho
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CONFECOOP

A CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa marcou presença no primeiro Congresso Cooperativo Inter-Universitário Basco, realizado nos dias 15 e 16 de Outubro, centrado na discussão sobre "O Modelo Cooperativo perante os Desafios Atuais" (El Modelo Cooperativo ante los Retos Actuales). A cidade de San Sebastián recebeu este primeiro encontro inter-universitário, uma co-organização da "Universidad del País Vasco", da "Universidad de Deusto" e "Universidad de Mondragon"

O congresso evidenciou-se pelo seu cariz ibero-americano, destacando-se a participação de Mario Rubio em representação do Ministério da Economia do Governo do Chile, Graciela Fernández (Presidente da Confederação das Entidades Cooperativas do Uruguai (CUDECOOP) e Jerónimo Teixeira (Presidente da Confederação Cooperativa Portuguesa (CONFECOOP)).

Foram diversos os temas discutidos durante os dois dias de trabalho. Para Joseba Azkarraga (Universidade do País Basco) é tempo para refundar a identidade da economia social considerando a sua convergência com a Economia Ecológica, reabilitando a discussão em torno da revisão do 7º princípio cooperativo "Compromisso com a Comunidade" e a necessidade de responder ao desafio ambiental e o compromisso de respeitar os direitos das pessoas, das outras espécies vivas e os recursos naturais, a conservação de um planeta saudável e o contributo das Cooperativas para adotar uma nova estratégia que resolva a contradição atual entre economia e natureza.

A representante da Universidade de Valência, Gemma Fajardo apresentou o quadro legislativo europeu das cooperativas europeias, salientou a importância da harmonização da legislação em todos os estados membros da EU e a importância

do fomento das cooperativas assumida pela estratégia Europa 2020 e o papel das cooperativas na recuperação sustentável da economia no espaço europeu, baseada em três prioridades básicas: Crescimento Inteligente (economia baseada no conhecimento e na inovação) crescimento sustentável (utilização dos recursos mais eficientes) e crescimento integrador (economia com elevados níveis de emprego que gere coesão e económica, social e territorial). Salientou as dificuldades na constituição e fusão de cooperativas no espaço europeu apresentado o estatuto de sociedade cooperativa europeia como uma possibilidade, no entanto, com resultados pouco expressivos.

Segundo Mario Rúbio (Chile) existe uma necessidade de refletir sobre a tarefa complexa de construir uma estratégia de desenvolvimento com o selo da economia social num mundo globalizado e a definição de novos caminhos e novas formas de fazer as coisas, potenciando os processos de internacionalização da economia social, preservando os seus valores e a sua atuação no exterior.

Os trabalhos terminaram com uma visita ao grupo ULMA, um dos maiores grupos do norte de Espanha com 53 anos de existência, associado à experiência cooperativa de Mon-

Setor Cooperativo e Social

dragón, da qual faz parte. Com uma história construída na cultura baseada em valores cooperativos, a ULMA é hoje um grupo que está na vanguarda da tecnológica e dos processos de trabalho mais avançados e otimizados.

Intervenção do Presidente da Confescoop - Dr. Jerónimo Teixeira

A Visão da CONFESCOOP (Confederação Cooperativa Portuguesa) sobre os desafios do modelo cooperativo foi o tema central da intervenção do Presidente da Direção da CONFESCOOP, Dr. Jerónimo Teixeira, afirmando que o modelo cooperativo assenta em algumas bases que o caracterizam e diferenciam das demais organizações desde a sua raiz e que o distinguem claramente de outras formas de organização empresarial, sublinhando a liberdade de adesão e a igualdade de tratamento sem qualquer tipo de discriminação e a democracia como forma de relação interna entre os membros e de governo a todos os níveis. A autonomia e independência como garantia da identidade própria do modelo e a propriedade social dos seus meios de produção, como compromisso coletivo e intergeracional dos seus membros, são a afirmação de um modelo que se distingue na sua base do modelo societário capitalista e, fundamentalmente, a questão central na génese e continuidade do modelo cooperativo.

É certo que à medida que as cooperativas ganham dimensão, quer pelo número de cooperadores, dispersão geográfica, ativos detidos, valores de produção, necessidades de investimento, complexidade de gestão, os desafios multiplicam-se e as respostas têm que ser adequadas, mas só respeitando a matriz cooperativa se continuará a desenvolver o modelo cooperativo.

Para o Presidente da CONFESCOOP o apelo ou cedência à má cópia das soluções das sociedades de capital poderá ser a resposta mais simples e cómoda, mas nunca será a via para a superação das dificuldades que o desenvolvimento do modelo cooperativo a todos coloca.

Na abordagem ao tema da intercooperação cooperativa de âmbito internacional e atendendo à tipologia das cooperativas portuguesas a intercooperação cooperativa internacional, afirmou que tem sido maioritariamente de tipo institucional e muito pouco de tipo empresarial. A história de Portugal levou à criação da Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa (OCPLP), com atividade desde 1991, embora a sua formalização date de 1997 e que tem estimulado o intercâmbio e apoio das cooperativas de Portugal e do Brasil às organizações cooperativas que vão despontando em Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor do lado português sobretudo na área da formação e da definição de quadros jurídicos que garantam o fomento cooperativo e do lado brasileiro sobretudo na tentativa de exportação de produtos agrícolas. A CONFESCOOP está igualmente empenhada na participação da Rede ESMED (Rede Euromediterrânea da Economia Social), participando nos seus projetos e atividades. Estas duas organizações têm permitido um maior conhecimento das realidades cooperativas em cada um dos países membros, vão gerando laços de confiança entre organizações e dirigentes, têm permitido lançar alguns projetos de intercooperação, mas até agora têm sido de baixo valor económico e não se conhece nenhum projeto internacional com relevância económica em que estejam envolvidas cooperativas portuguesas.

Em conclusão, para o Presidente da CONFESCOOP há um caminho a percorrer, que deve contudo partir de bases cooperativas sólidas, parcerias bem definidas e se possível testadas, projetos bem elaborados e uma governação cooperativa evidente.



O SEU SEGURO
PARA
ACIDENTES DE
TRABALHO

ACIDENTES PESSOAIS



“ Agora com novas
condições tarifárias
para alguns escalões
- Veja a diferença -
Consulte-nos ”

confiança mútua

Mozart

É considerado por muitos como um dos maiores génios da Humanidade, a par de Leonardo da Vinci, com a diferença de que este último foi talentoso em diversas áreas da técnica e da arte, enquanto Mozart se notabilizou particularmente na música

Adelino Cardoso

Ascensão e declínio do barroco

O estilo barroco, que vingou na arte ocidental entre o início do século XVII e meados do século XVIII, constituiu (apenas no começo, porque muitos artistas do norte da Europa acabaram também por assimilar esta corrente estética) uma das respostas da Contra-Reforma católica à Reforma protestante (a par da Inquisição e do Concílio de Trento).

Caracteriza-se por uma estética exuberante, muito requintada, baseada na proliferação de adornos e criando a sensação de movimento, tudo apelando à exaltação dos crentes.

Em simultâneo com a literatura, arquitetura, escultura, pintura, artes decorativas e mobiliário, igualmente a música erudita foi contagiada por este movimento, revelando talentos como Monteverdi, Vivaldi, Haendel, Telemann e Carlos Seixas.

E neste estilo, um dos traços mais marcantes reside na insistência do "baixo contínuo", ou seja, um acompanhamento algo repetitivo a solo, executado normalmente pelo cravista, ao longo de toda a partitura.

Porém, após a morte de Bach, em 1750, considerado a grande figura do barroco musical e certamente uma das maiores em toda a história da arte dos sons, iniciou-se uma mudança radical, surgindo rapidamente um novo género, mais estruturado e sóbrio, e portanto muito contrastante relativamente ao anterior.

O advento do classicismo

Obedecendo a conceitos como a tonalidade (a obra desenvolve-se em torno de uma nota central, a chamada tónica) e a forma sonata (sobretudo no primeiro andamento, a peça segue um percurso baseado na exposição do tema, depois no seu desenvolvimento e finalmente na sua reexposição); o estilo clássico domina a segunda metade do século XVIII.

Neste período, há um avanço significativo na técnica de construção dos instrumentos, o piano reforça presença (embora a sua consagração definitiva se venha a operar nos começos da centúria imediata, com o primeiro romantismo, a partir de compositores/intérpretes como Schumann, Chopin e Liszt) e as orquestras ganham dimensão.

Surgem e aperfeiçoam-se géneros musicais, desde o lied (canção lírica), passando pela música de câmara (pequenos agrupamentos musicais), a sonata, o concerto e a sinfonia, até à ópera.

Um estilo derivado, muito em voga na época, foi a música galante - representada por exemplo em Mozart, através dos divertimentos -, que teve paralelo na pintura (recordemos Boucher, Watteau e Fragonard), e que diríamos na terminologia atual, ser uma música de entretenimento sem excessivas preocupações técnicas, mas de gosto esmerado.

Acentuam-se os espetáculos públicos e os músicos ganham mais prestígio, maior estatuto e alguma autonomia.

Os protagonistas

O primeiro grande compositor deste período é aquele a quem os músicos coevos apelidavam carinhosamente de "Papá Haydn", devido à sua generosidade e solidariedade, e que entre muitas qualidades, consolidou a sinfonia clássica e o quarteto de cordas (ainda hoje o Hino da Alemanha é baseado no segundo andamento do seu esplêndido "Quarteto Imperador", Op 76 Nº. 3); mas na verdade o nome geralmente mais reconhecido deste período é sem dúvida o

de Amadeus Wolfgang Mozart; sem esquecer que na fase inicial da sua carreira (que envolve, nomeadamente as duas primeiras sinfonias), "O Génio de Bona" também se insere neste estilo, sendo até comum afirmar-se que Beethoven é o último grande clássico e o primeiro grande romântico.



O "Prodígio de Salzburgo"

Não iremos aqui focar-nos excessivamente na precocidade criativa e na morte prematura do enormíssimo compositor - se bem que também constituam factos relevantes para análise da sua vida e obra -, porque tal aconteceu igualmente com outros carismáticos herdeiros de Orfeu, designadamente Pergolesi, Mendelssohn, Schubert e Gershwin.

Porque o mais importante é a genialidade e beleza das suas criações artísticas, que atravessam os vários tipos de música laica e sacra, incluindo lieder (plural de lied), sonatas, música de câmara, danças, concertos, sinfonias, óperas e missas.

E porque a música é sobretudo para ser ouvida, terminamos imediatamente esta retórica, deixando a sugestão de algumas das peças (mas só para começar...) mais divulgadas do repertório de Mozart:

A conhecida sonata de piano nº. 11 (tendo por terceiro andamento a famosa Marcha Turca, e obra que a nossa Maria João Pires executa de forma irrepreensível), a contagiante serenata Eine Kleine Nachtmusic, os belíssimos concertos para piano e orquestra nºs. 20, 21, 22, 23, 25 e 27, as excelentes sinfonias nºs. 36 ("Linz"), 39, 40 e 41 ("Júpiter"), as inconfundíveis óperas "As Bodas de Figaro", Don Giovanni" e "A Flauta Mágica" e o eterno Requiem.

Mas primeiro, e para lhe tomar o gosto, escute o magistral "Concerto para Clarinete e Orquestra".

DIA ABERTO NAS EMPRESAS | 30 DE OUTUBRO

A Mútua abriu as suas portas aos estudantes



O projeto "Maior Empregabilidade", projeto de promoção da empregabilidade e empreendedorismo, igualdade de oportunidades a jovens, lançou um repto às empresas: abrir as suas portas para receber alunos ensino secundário, profissional e superior. A iniciativa tinha como objetivo dar a "conhecer como funciona uma empresa, como se organiza, que competências valoriza e que perfis profissionais procuram.", por forma a preparar melhor os jovens para a futura entrada no mercado de trabalho. Reconhecendo a importância de iniciativas desta natureza para ajudar na formação dos jovens estudantes do país, a Mútua dos Pescadores aceitou este desafio. Deste modo, durante o dia 30 de outubro, a Mútua dos Pescadores organizou-se para receber, pela manhã um grupo de alunos do 11º e 12º anos da área da economia do Colégio Pedro Arrupe e, pela tarde, um grupo de estudantes universitários da licenciatura em Gestão do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. A Mútua é uma empresa seguradora que se diferencia por ser uma cooperativa de utentes e, por isso, o Diretor Geral, Dr. Jerónimo Teixeira, além de ter dado as boas-vindas aos estudantes, ainda os introduziu, de forma clara e elucidadora, ao cooperativismo. Este tema foi particularmente interessante para estes alunos que, na sua maioria, desconheciam esta forma de empresa. Na sequência, desvendámos um pouco da missão da Mútua e os valores que guiam esta cooperativa, que são os valores do cooperativismo. Posto este enquadramento, falou-se dos processos de recrutamento de trabalhadores, dos perfis profissionais assim como dos CV's valorizados. Procurou-se com testemunhos de trabalhadores da empresa dar a conhecer experiências profissionais e dar espaço aos estudantes para fazerem perguntas sobre dúvidas e/ou curiosidades que tivessem. Por fim, numa visita aos diferentes setores da empresa pretendeu-se dar a conhecer os departamentos e suas respectivas funções e, paralelamente, demonstrar que profissionais emprega. As visitas terminaram com um pequeno lanche de convívio no qual disponibilizámos alguns brindes e documentação.

Recebemos estes futuros adultos do país tentando, de modo informal, que esta visita tenha contribuído para a sua formação e tenha fornecido algumas informações que poderão

ser úteis aquando da sua entrada no mercado do trabalho. Mas estes estudantes também nos deram algo: mostraram interesse e vontade de conhecer melhor uma empresa que se distingue pelo seu carácter cooperativo. Deixamos aqui as palavras da turma de 3º ano de Gestão do ISCAL sobre a sua experiência nesta iniciativa:

Visitar a seguradora Mútua dos Pescadores ajudou-nos a perceber melhor o papel que algumas organizações têm na sociedade e que procuram, acima do interesse próprio, assegurar o interesse de aqueles que beneficiam do seu serviço bem como da comunidade em que está inserida. A Mútua deu-nos a conhecer de maneira íntima e prática o trabalho de uma cooperativa.

Imagem da Mútua para 2016



Carta ao Senhor Futuro

«Estimado Senhor Futuro,

Com a minha maior consideração estou a escrever-lhe esta carta para lhe pedir um favor. O Senhor saberá desculpar-me o incómodo. Não, não tenha medo, não é que eu queira conhecê-lo. O Senhor é muito solicitado, há muita gente que deseja ter esse gosto, mas eu não... Quando alguma cigana me agarra a mão, para me ler o futuro, fujo correndo em disparada antes que ela possa cometer semelhante crueldade. E sem dúvida o senhor, misterioso senhor, é a promessa de que os nossos passos prosseguem, querendo um sentido e destino. E é este mundo, este mundo e não outro o lugar onde o senhor nos espera, a mim e, aos muitos que não acreditam nos deuses que nos prometem outras vidas nos longínquos hotéis do futuro e aí está o problema. Sem futuro, nós estamos a ficar sem futuro. Os violentos tratam-no como se fosse uma bola. Jogam com os senhores da guerra como se fosse uma granada de mão e os vorazes espremem-no como se fosse um limão. A este passo, eu temo que mais cedo ou mais tarde o mundo poderá não ser mais do que uma pedra morta girando no espaço, sem terra, sem água, sem ar e sem alma. Trata-se disso Senhor Futuro. Eu peço-lhe, nós pedimos-lhe, que não se deixe ir. Para estar e para ser, necessitamos que o Senhor continue estando e continue sendo. Que o Senhor nos ajude a defender a sua casa que é a casa do tempo. Faça-nos isso, por favor. A nós e aos outros, os outros que virão depois, se tivermos depois.

Saúda-o atentamente um terrestre.»

Eduardo Galeano, jornalista e escritor uruguaio

1ª cooperativa portuguesa de seguros

em terra e no mar



Pormenor de "Pirilampo Mágico" criado pela atriz Cláudia Semedo, propriedade da Fenacerci. Fotografia de Marta Pita. Concepção gráfica de Duarte Saraiva

- experiência mutualista desde 1942
- a seguradora do mar
- plataforma de seguros para o sector cooperativo e social



MUTUA
DOS PESCADORES

seguro solidário

Lisboa: 213 936 300 | Aveiro: 234 368 115 | Funchal: 291 222 758 | Horta: 292 391 920

Matosinhos: 229 382 531 | Nazaré: 262 551 031 | Olhão: 289 714 403

Peniche: 262 780 040 | Ponta Delgada: 296 288 940 | Portimão: 282 411 374 | Sesimbra: 212 231 775

Setúbal: 265 537 343 | Sines: 269 635 844

Viana do Castelo: 258 101 495 | Vila do Conde: 252 623 265

www.mtuapescadores.pt • geral@mtuapescadores.pt